

Pré-Tese Ousadia e Luta ao XXIV Congresso da FASUBRA Sindical

Obter vitórias nas campanhas salariais sem abandonar a defesa de um país livre da extrema direita

1. Apresentação e princípios

Partindo do entendimento de que a FASUBRA deve fazer avançar as lutas definidas pela categoria independente de quem está no governo, incluindo a luta pela punição dos crimes da extrema direita, elaboramos nossa pré-tese, construída a muitas mãos calejadas da luta por uma vida mais digna. Não se trata de uma tese acabada e você pode contribuir com as atualizações que podemos fazer até a data do congresso, participe do Congresso da FASUBRA conosco. Nossa tese não é de apenas um grupo, já unificou várias pessoas e grupos organizados na base da Federação pois mais do que a disputa política pelas vagas na diretoria da FASUBRA, queremos modificar os rumos de nossa federação em direção a ampliação de nossas lutas e conquistas.

Somos técnicas e técnicos-administrativos em educação, garantimos o avanço do ensino público no país e merecemos respeito, valorização e uma Federação que dirija a luta da categoria de forma independente e democrática. Só assim conseguiremos sair do cenário de categoria com menor remuneração no serviço público federal, com ousadia e luta.

A derrota do candidato Bolsonaro nas eleições para presidente em 2022 foi uma vitória de toda a classe trabalhadora e de fundamental importância para parar um processo de destruição do serviço público com projetos como a reforma administrativa (PEC 32), privatizações, além de uma série de leis, decretos e portarias nocivas ao serviço público e a quem nele trabalha. A FASUBRA deve pressionar o novo governo para que revogue todos os projetos aprovados pela extrema direita que prejudicam a classe que vive do trabalho, recompondo também de forma plena e aumentando o investimento na educação pública, destituindo TODOS os reitores interventores e avançando na consolidação da autonomia universitária e na democracia nas IPE.

FASUBRA independente

Não é de hoje que temos no movimento sindical dirigentes que erram a mão ao defender mais o patrão, no caso o governo, do que a categoria e a classe a que pertencem. Sendo que o próprio presidente Lula defendeu que os movimentos reivindicatórios não devem passar a mão no governo e sim cobrar, cobrar e cobrar. É possível que Lula tenha aprendido alguma coisa depois que esta tese que diz que os movimentos sociais deviam esfriar as lutas para ajudar os governos petistas, esfriou tanto a luta que possibilitou um golpe parlamentar contra Dilma Roussef em 2016.

Hoje, é o caso inclusive na FASUBRA, onde uma grande parte do grupo dirigente defende a tese de que devemos dar tempo ao governo federal para definir suas ações em vez de mobilizar a categoria para defender os serviços públicos e avançar nas conquistas para

sairmos do sufoco de 7 anos de congelamento salarial. Segundo esta tese, nossa luta é irresponsável por causar instabilidade política no país e prejudicar a governabilidade de Lula, chegando estes a serem contra nossos protestos pela prisão de Bolsonaro e sua corja.

FASUBRA democrática

Parte da crise do movimento sindical atual é a falta de representatividade e democracia nas decisões. A FASUBRA tem muito acúmulo sobre isso e deve sempre orientar as entidades filiadas sobre as resoluções da federação que buscam avançar na participação e mobilização da base. A entidade que não consegue representar todas as diversidades da categoria não consegue representar a categoria. Qualquer TAE deve se enxergar e ter voz no sindicato e através dele na Federação, recém ingressos e aposentados, negras, negros, indígenas, mulheres, PCD, LGBTQIA+, nível fundamental, médio ou superior.

FASUBRA de Luta

Entre o sindicalismo burocrata e o de luta, não pensamos duas vezes. A história da nossa classe e da própria categoria TAE nos mostra que apenas entregar ofícios com nossas pautas e mendigar reuniões não basta para conquistarmos mais direitos, é sempre a mobilização e a pressão nos governos que fazem as negociações avançarem. Por isso atenção ao diálogo e prioridade na luta.

2. Conjuntura Internacional

O XXIV Congresso Nacional da FASUBRA acontecerá em uma situação política e econômica mundial e nacional turbulenta, com profundos ataques à nossa classe.

O crescimento da economia chinesa e as previsões de que em pouco tempo ultrapassaria os EUA como maior economia do mundo, gerou reações, numa crise que se agrava e ameaça com a possibilidade real de uma guerra nuclear, guerra que não tem vencedores nem vencedores.

A disputa pelo mercado europeu levou os EUA a fechar a porta de entrada via Rússia. Inicialmente colocando a Ucrânia em suas disputas, para ter um governo alinhado ao ocidente.

Nem todo o povo Ucrâniano aceitou a derrubada do governo e instalou-se ali uma guerra civil em algumas províncias o que levou o império a ver um flanco aberto para suas aspirações. O que se seguiu foram provocações, com o governo ucraniano acenando para uma adesão à OTAN, o que terminou com O imperialismo russo promovendo a lamentável invasão do território ucraniano, dando início a uma guerra que já ultrapassa um ano e não dá sinais de quando terminará, a não ser por uma catástrofe da humanidade. Esta guerra apenas prejudica todos os povos e precisa ser parada.

Nesse contexto situamos a pandemia causada pela Covid-19 e que levou mais de 5 milhões de pessoas a óbito em todo o mundo, deixando outros tantos milhares de pessoas com sequelas que levaram a óbito posterior ou que ficaram com a saúde debilitada pelo resto da vida.

O cuidado com a pandemia parou a economia mundial por um bom período com os chamados Lockdown e todos precisaram socorrer o povo com programas de transferência de renda, a grande maioria aumentando o patamar de suas dívidas. Foi iniciada uma corrida pelas vacinas e, mais do que isso, uma corrida em disputa para quem retornaria com a economia.

O que vimos diante da crise sanitária e com a desaceleração da economia, foi o estado de dependência do mundo inteiro da indústria chinesa, o que vai desde produtos simples, como máscaras cirúrgicas até mais complexos como chips e outros produtos eletrônicos que em sua falta praticamente paralisaram a indústria de automóveis.

O momento hoje, que podemos considerar pós-pandemia, é de reordenação, e os EUA e Rússia estão novamente utilizando o mesmo instrumento de sempre: a indústria da guerra. Os norte americanos, Depois de incentivar a Ucrânia a desafiar o governo russo com suas intenções de entrar na OTAN e União Europeia, vêm na guerra suas possibilidades de por uma lado movimentar sua indústria bélica alimentando e incentivando seus aliados também o fazerem com suprimentos de armas e munições e, por outro lado, impondo sanções comerciais no que é seguido por seus aliados, numa política de ganhar e ganhar. Enquanto a Rússia despeja seu arsenal antigo sobre as vidas ucranianas, testa novos armamentos e busca o controle do território do povo ucraniano.

Embora resistindo, os países da Europa passaram a substituir o suprimento de combustível russo, bom e barato, principalmente pelo americano, que há poucos anos deixou a condição de importador para ser exportador, devido a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás extraídos do xisto e areia betuminosa abundantes em seu território.

Inicialmente com o corte de gás que foi acelerado com ato criminoso dos EUA com a explosão dos gasodutos Nord Stream que ligam a Rússia à Alemanha e ao resto da Europa.

Todos esses eventos estão levando o mundo a uma polarização que gera preocupações de como tudo vai terminar. Para encontrar mercado para seus produtos, a Rússia está fortalecendo seus laços com os países orientais, em especial a China que se torna seu maior cliente de gás e petróleo.

Para além da “guerra por procuração” que os EUA e seus aliados travam com a Rússia, seguem a provocar a China se utilizando, principalmente, da sua disputa por Taiwan. Em episódio recente a visita da presidente da Câmara e outras autoridades americanas elevaram o tom do debate e no dia 27 de janeiro foi vazado um áudio em que alto comandante das forças de segurança americana o general Mike Minihan, falou que acredita que os EUA entrarão em guerra com a China, até o ano de 2025, pedindo que seu pessoal esteja pronto para uma guerra.

Estamos falando de duas potências nucleares, onde os blocos que se formam, oriente e ocidente principalmente China e Rússia contra EUA e OTAN detém praticamente todas as ogivas e estão a cada dia mais empenhados em desenvolver formas de transportes modernas,

como mísseis ultrassônicos de difícil abatimento ou seja com maiores possibilidades de atingirem seus alvos.

Para agravar toda a crise que vivemos nos últimos anos e nos dias de hoje, tivemos o forte crescimento da extrema direita que não somente ganhou as eleições pelo voto em alguns países importantes, como também promoveu golpes de estado, pelo meio institucional ou pela força em diversos países. Contando com o apoio de governos aliados como o Russo, Bielorruso e Filipino.

A classe trabalhadora segue em luta, com importantes mobilização em países europeu, como à greve geral na Inglaterra contra a carestia; na França, contra a reforma da previdência de Macron, na Espanha em defesa da saúde pública

Golpes, Lutas e Eleições na América Latina

Aqui bem na nossa porta, o governo americano juntamente com aliados latino-americanos tentaram implantar um governo fantoche na Venezuela, com a intenção de retomar a indústria do petróleo. Assim ocorreu na Bolívia, com claras intenções de obter facilidades para a exploração das reservas de lítio, fato admitido pelo bilionário Elon Musk, dono de empresa líder no desenvolvimento de veículos elétricos.

A demanda por ter governos aliados com a sua ganância atingiu outros países com roupagem institucional, como no Paraguai e no Brasil, com o golpe contra a presidente Dilma e um governo ilegítimo do Temer que preparou terreno para o desgoverno Bolsonaro. Caso mais recente no Peru, onde o governo eleito foi destituído depois de, sob forte pressão, ter fechado o Congresso e outras instituições.

A reação do povo latino-americano tem buscado superar a extrema direita, seja pela mobilização direta, seja por processos eleitorais, com algumas vitórias. Movimentos de rua destituíram o governo ilegítimo na Bolívia. Uma grande insurreição Chilena pressionou para a criação de uma nova Constituinte e elegeu um governo progressista. No Peru a luta segue pelo retorno da democracia. Queremos aprovar no CONFASUBRA uma resolução de solidariedade ao povo Peruano em luta e repúdio a ditadura de Dina Boluarte, Pelo voto tivemos a derrota da direita na Argentina, no Brasil na Colômbia, país em que houve greve geral em plena pandemia com a eleição do senador de esquerda Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e ex-guerrilheiro, superando um longo período da direita.

3. Conjuntura nacional

Aqui no Brasil, depois de uma grande batalha também conseguimos derrotar a extrema direita, numa das mais belas manifestações do povo pela democracia, desde as Diretas Já.

Tudo começou com o golpe parlamentar dado contra a presidente eleita a partir da narrativa jurídica criada especialmente para esse fim de “pedaladas fiscais” o que resultaria em crime de responsabilidade. A verdade é que o golpe foi preparado e acordado, incluindo aí nesse acordo diversas autoridades do campo político e jurídico nacional.

A chegada de Temer ao poder foi marcada pelas proposições nítidas de dismantelar a legislação trabalhista, e, garantir a rentabilidade do capital. Isso ficou nítido com uma reforma

trabalhista que priorizou a precarização das relações de trabalho, com a criação da figura do trabalho intermitente entre outras. Propôs também nova lei para regulamentar as terceirizações, permitindo que sejam terceirizadas as atividades fins, até então não permitidas. Com essa lei todas as atividades das empresas podem ser terceirizadas, com reflexos negativos no serviço público. Após a promulgação da lei veio regulamentação para o serviço público proibindo a contratação direta de diversos profissionais, caso do ramo das comunicações.

Temer aprovou a Emenda Constitucional 95 que institui um teto de investimentos do governo com as áreas sociais, reservando os recursos para o pagamento da dívida pública, numa verdadeira política de Hobin Hood invertida, tirar dos mais pobres para atender aos mais ricos.

Mas o pior estava por vir. O governo Temer ficou marcado como um período de transição para a chegada de um dos piores governos de todos os tempos e por um processo político que devemos levar algum tempo para superar.

Paralelo a um governo que estava nitidamente preparando terreno para a continuidade da velha direita, o acordo entre as autoridades para garantir esse feito continuou e a estratégia utilizada foi barrar o líder das pesquisas eleitorais Lula Como parte desse acordo “fecharam” os olhos para irregularidades cometidas pelo grupo da força tarefa da lava jato, o que culminou com a prisão de Lula e seu impedimento para as eleições.

Nesse caminho surge a candidatura de Bolsonaro, um político advindo de 7 mandatos na Câmara Federal, onde sempre ocupou o chamado baixo clero, o grupo formado por deputados de pouca expressão política. Um deputado que se destacou sempre pelo lado negativo com declarações homofóbicas, contra as mulheres, contra os direitos humanos, contra os povos tradicionais. Sua única política no Congresso além de negar a política, foi em defesa das armas, o que o colocou sempre como um verdadeiro defensor das milícias que o elegeram por todo esse tempo no Rio de Janeiro. O Brasil e o mundo viram de forma incrédula a eleição de Bolsonaro. Como ele chegou lá?

A eleição da negação da política

Quando Bolsonaro lançou a candidatura, ninguém acreditava que iria prosperar. Viemos de uma experiência recente, quando um deputado do baixo clero, o então deputado Severino Cavalcante, havia sido eleito presidente da Câmara e terminou renunciando ao cargo e ao mandato. Se essa experiência estava viva, como iria funcionar para uma eleição para presidente?

No início da campanha, todas as pesquisas indicavam que Bolsonaro seria derrotado num eventual segundo turno e com isso, as demais candidaturas não enxergaram a real ameaça, encaminhando a disputa, sempre com a confiança de que em um segundo turno a união das forças daria a vitória.

Mas a campanha de Bolsonaro apoiada pelo grande contingente de cristãos brasileiros, sejam eles das igrejas evangélicas ou dos católicos conservadores, cresceu com a exploração da fé, da hipocrisia posta na defesa dos bons costumes, na divulgação de mentiras e na descoberta de uma parcela da nossa sociedade que até então não se apresentara. A parte da sociedade que

comunga dos mesmos valores antissociais. Uma nova categoria denominada bolsonarista raiz. Quem são essas pessoas? São pessoas que se sentem lisonjeadas ao serem chamadas de machistas, homofóbicas, xenofóbicas ou outros adjetivos. Pessoas que desejam armas, que reverenciam a ditadura e tem como heróis torturadores e assassinos. Até então esse povo não aparecia, mas a partir do período eleitoral se viram representados e o que vimos é que representam uma parcela significativa da nossa sociedade.

As elites brasileiras viram com desconfiança a campanha e, de início apostaram em uma terceira via. Uma candidatura que, chegando ao segundo turno poderia ter a simpatia da direita ou da esquerda a depender do adversário a ser enfrentado e assim ganharia as eleições. Porém nenhuma aposta se consolidou e eles abraçaram a candidatura Bolsonaro, numa demonstração clara que nunca se preocuparam com o Brasil, mas com seus próprios interesses.

A esquerda cometeu o erro de sair dividida, não buscando aliança logo no primeiro turno e o PT, errou por deixar para lançar candidatura alternativa, diante da proibição imposta a Lula, para o tempo limite.

A candidatura Bolsonaro cresceu espelhada na então campanha do ex-presidente americano Donald Trump, com uma rede de mentiras, robôs que a reproduziram e assim explorando a tecnologia da inteligência artificial para criar para seus adeptos um mundo paralelo: um grupo de pessoas cada vez mais crescente que só vê o que eles querem, só ouvem o que eles falam. Estratégia utilizada pela extrema direita em vários países com apoio de sua organização internacional com a liderança de Steve Bannon e apoio Russo. O golpe final veio com o atentado em Juiz de Fora, bem ao estilo do episódio do Rio Centro.

O Desastre do governo Bolsonaro

Eleito, um dos primeiros atos de Bolsonaro foi viajar para os EUA tendo como principal objetivo entregar a Amazônia. Em reunião com grupo de americanos de direita declarou no dia 17 de março, em Washington, que seu governo terá a missão de “desconstruir” e “desfazer muita coisa” no Brasil.

A grande verdade é que ele não estava brincando. Seu governo iniciou com a desconstrução da democracia, com a retirada dos movimentos sociais de todos os conselhos e com a construção de um ministério direcionado para esse fim. É importante lembrarmos todas as ações de destruição do país, para que sempre lembremos da necessidade de lutar para que não mais aconteça.

Meio ambiente

O ministro Ricardo Sales, inimigo do meio ambiente, foi colocado e procurou cumprir à risca o seu papel. Promoveu toda uma alteração na legislação, substituindo a proteção ao meio ambiente, para apoiar grileiros, garimpo ilegal, madeireiros e, inclusive lucrando com isso, através da corrupção na concessão de selos ambientais. Se não conseguiu “passar toda a boiada” foi por conta da luta incansável da militância em favor do meio ambiente. Dentro da sua política de destruição, desativou o fundo amazônico, de cooperação internacional e que

serve para bancar o meio ambiente. Paralelo a isso, foram desarticulados os órgãos de fiscalização, substituídos por membros do exército que tinham como orientação, muito mais proteger os predadores da floresta que o meio ambiente.

O resultado disso é a catástrofe que vemos hoje, com um desmatamento que avançou na amazônia, as fortes queimadas que atingiram também a região do pantanal e, além do caos do meio ambiente, a grave crise humanitária, causada pela destruição das reservas indígenas pelo garimpo ilegal o que retirou suas fontes de sobrevivência, além de levar doenças.

Saúde

Com o advento da pandemia a ação do governo foi a de copiar o discurso trompista de negar a ciência, indo contra as recomendações de quarentena, afastamento e dos simples uso da máscara para evitar o contágio e a consequente superlotação dos hospitais. Essa política levou a demissão do então ministro Mandetta e a entrega do Ministério da Saúde a um general, numa das atitudes mais absurdas, das tantas vistas nesse governo. O que vimos foi um show de horrores, politização e atraso na compra de vacinas, utilização da cidade de Manaus como “laboratório de testes” para a negação da ciência e administração de drogas sem comprovação de eficácia, discursos de minimizaram ou fizeram chacota com a morte do povo.

Como resultado de tudo isso, ficamos apenas atrás dos EUA no número absoluto de mortos, ficando entre os dez onde morreu mais gente quando se faz a conta relativa a população. Não fosse a ação forte dos governadores e prefeitos, o resultado teria sido muito pior.

Direitos Humanos

A escolhida ministra Damares esteve lá para destruir toda a política de direitos humanos e se envolvia em polêmicas utilizadas como cortina de fumaça as suas ações. Além de declarações como “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e que “O Brasil vive uma ditadura gay” se envolveu numa polêmica quando incentivou grupos evangélicos que protestaram contra uma criança que fazia um aborto por ter sido vítima de estupro, o que é garantido por lei. Por último cometeu outro crime ao denunciar sem apresentar nenhuma evidencia casos de abuso sexual na ilha do Marajó.

Educação, cultura, ciência e tecnologia

O Ministério da Educação teve nesse período três trocas de ministros, sendo que nenhum deles atuou de fato pela educação. Os programas do ministério foram usados como moeda de troca com atos de corrupção acontecendo em suas dependências com favorecimento de prefeituras que se sujeitaram a pagar propinas, que se deu até em barras de ouro, quando esse processo deveria se dar por critérios técnicos. As universidades sobreviveram com os cortes e mesmo assim tiveram papel importante na condução das pesquisas para superar a pandemia, num governo marcado pela negação à ciência, à educação e à cultura.

Com o desmonte do ministério e a criação de uma secretaria que atuou contra a cultura em todas as formas de expressão. Fato curioso a nomeação de um negro para a Fundação Palmares, mas que nega toda a história e destacou como importante o processo de escravidão vivido por seus irmãos de cor.

No período Bolsonaro, a educação pública foi fortemente precarizada, seja por narrativas que atacam a educação, seja por meio de cortes sucessivos e desinvestimento. Esse cenário coloca em xeque o papel da universidade pública no Brasil e, por consequência, uma alternativa para a dependência econômica do país. É papel da Fasubra formular junto a outras entidades representativas um projeto de universidade que dialogue com um projeto de país.

Além disso, é importante que a federação esteja na ponta de lança do setor, cobrando do governo Lula um projeto de país que aponte a centralidade da universidade e da nossa carreira.

Economia

A economia foi conduzida pelo ministro Paulo Guedes, um dos últimos remanescentes dos Chicago Boys, com a construção de um super ministério que juntou inicialmente os ministérios da fazenda, do planejamento, do trabalho e da indústria e comércio. Seguindo a linha dos economistas que estudaram na universidade americana difusora do pensamento neoliberal, a grande tarefa de Guedes de continuar o processo de desregulamentar as relações de trabalho e criar legislação para favorecer as empresas privadas. Aplicou mais uma Reforma da Previdência, que entre outras medidas, ampliou a idade mínima para 62 anos para as mulheres e 65 para os homens e só não conseguiu aprovar a capitalização (à lá Chile) devido à nossa mobilização.

Para além disso, encarou os servidores públicos como inimigos e tentou até o último momento acabar com os serviços públicos e seus servidores através da reforma administrativa. Seu grande feito foi desviar dinheiro para o próprio bolso, quando encaminhou a venda pelo Banco do Brasil, de uma carteira de crédito de R\$ 2,9 bilhões por R\$ 371 milhões para o banco BTG do qual é sócio.

Enfim foi um governo em que mais parecia que uma quadrilha tomou conta do Brasil e ao mesmo tempo que destroem as políticas construídas a muito custo, buscam sempre tirar proveito com esquemas de corrupção, uso das estruturas para proteção familiares e amigos, uma política externa que levou o Brasil ao isolamento quando não uma pária internacional.

Nossas lutas

Nos últimos seis anos, é verdade que ficamos na defensiva, por conta da agressividade do governo contra os trabalhadores, principalmente os servidores públicos. Fizemos a luta, inclusive com uma greve contra o teto de gastos e fomos derrotados, porém ainda no governo Temer derrotamos a reforma da Previdência, que foi novamente posta no governo Bolsonaro e aí ela foi aprovada, mas conseguimos mudar diversos pontos, garantindo direitos conquistados para o conjunto dos trabalhadores, em especial o trabalhador rural. Por

último conseguimos com muita luta derrotar a Reforma Administrativa, que pretendia acabar com os serviços públicos.

Achamos importante relatar fatos do governo Bolsonaro, para que esteja sempre na nossa lembrança, para nos encorajar a lutar com todas as forças, como o fizemos na última eleição, para que não voltemos a passar por isso.

A eleição e nossa vitória sobre o fascismo

O processo eleitoral foi iniciado com o julgamento dos processos que, até então, afastavam o ex-presidente Lula do processo eleitoral. Ao conquistar novamente seus direitos políticos, Lula começou a costurar alianças para viabilizar sua eleição, a começar pelo convite a Geraldo Alckmin para ser o candidato a vice em sua chapa. Assistimos com perplexidade, mas por outro lado observamos o crescimento do fascismo em nosso país, com a violência política crescendo junto com a candidatura Bolsonaro e vimos que apoiar a candidatura de Lula se tornou a única opção viável para manter a democracia em nosso país.

Passado o primeiro turno, tivemos a impressão real de que poderíamos sofrer uma derrota e a recondução de Bolsonaro significaria o aprofundamento do fascismo e a perspectiva de golpe e supressão da democracia. Aí então vivemos o maior movimento de militância das esquerdas desde 2002 e a vitória que, em que pese por uma pequena margem de votos, teve que enfrentar compra de votos através do uso de instrumentos do governo, da sabotagem com uso da PRF e a intimidação por meio de sua militância.

Após a derrota, Bolsonaro ao invés de reconhecer o processo democrático, passou a construir alternativa para o rompimento institucional e um golpe, ao mesmo tempo que instigou sua militância a permanecer mobilizada, dando uma aparência de vontade popular. Essas manifestações se deram com a instalação de acampamentos na frente de quartéis em todo o Brasil, em especial ao QG central em Brasília, onde recebeu de por mais de 90 dias gente de todo o Brasil. A manutenção dos acampamentos demonstrou que parte do exército estava apoiando a narrativa de golpe.

A situação acirrou no dia 12 de dezembro, dia em que o TSE promoveu a diplomação do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, que coincidiu com a prisão de uma liderança do grupo que através da internet incentivou o uso de armas para impedir a posse do presidente eleito. A militância bolsonarista desceu do acampamento e promoveu atos de vandalismo além da tentativa de invasão da sede da Polícia Federal. Mesmo assim, o acampamento continuou e no dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse, os militantes que estavam no acampamento reforçados por gente vinda de diversas localidades do país, invadiram e depredaram a sede dos três poderes, numa ação criminosa, cujo objeto foi instigar os militares a promoverem um golpe de estado.

No momento temos algumas centenas de pessoas presas e as investigações continuam na busca pelos financiadores e da responsabilidade que cabe às autoridades. Sem anistia, todos os envolvidos devem ser exemplarmente punidos!

Sem anistia

Talvez o maior erro da história recente do país tenha sido a não punição aos criminosos que perseguiram a oposição, torturaram e mataram durante a ditadura de 1964 a 1985. Sem este grave erro não seria possível o governo de Bolsonaro ter chegado ao poder para cometer centenas de crimes contra o Brasil e contra a humanidade. Se formos falar de todos os crimes do governo Bolsonaro e de sua quadrilha não haverá espaço nesta tese, porém gostaríamos de citar as propinas no MEC em barras de ouro, o atraso e a corrupção na compra das vacinas da covid-19, o laboratório genocida que fizeram do país na pandemia, o genocídio dos povos originários, a liberação do garimpo ilegal e do desmatamento através da paralisação dos serviços públicos de combate e fiscalização, os gastos inexplicáveis no cartão corporativo, as compras milionárias de imóveis incompatíveis com a renda da família Bolsonaro, os cheques e rachadinhas do Queiroz, a relação com milicianos, os 39 quilos de cocaína no avião da comitiva presidencial que foi a Europa, entre outros.

Estes crimes aliados a uma política de destruição do país com anti-ministérios onde o ministério do meio ambiente apoiava o desmatamento ilegal, o ministério da saúde tinha a orientação de deixar a população morrer na pandemia, o ministério da educação com o future-se queria retirar a responsabilidade do governo de financiar a educação superior, o paralelo ministério do ódio com as fake news diárias, enfim, passamos por um cenário de terror e vamos lutar para que o Brasil nunca mais passe por isso. Neste sentido é necessário que todos os crimes do governo Bolsonaro sejam investigados e punidos, assim como todos os envolvidos na tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

Nossas perspectivas para o governo Lula

Em primeiro lugar, a certeza que temos é que não conquistamos o paraíso, mas conseguimos sair das trevas do inferno. Com o governo Lula, embora esteja em processo de construção uma aliança envolvendo diversos partidos, muitos deles até pouco tempo adversários, na composição dos ministérios vemos pessoas que realmente militam na área, em especial para o recém criado Ministério dos Povos Indígenas, quando pela primeira uma indígena é titular de um ministério.

Mesmo com um governo que atuou no limiar da barbárie, temos a consciência de que essa política foi apoiada nas últimas eleições, por metade da nossa população. Até então não conseguiríamos sequer imaginar que em nosso meio houvesse tanta gente preferindo a barbárie ao invés da democracia. São elementos importantes a considerarmos, que demonstram o quanto será difícil a tarefa do movimento sindical e demais movimentos organizados.

Em qualquer outro momento poderíamos definir de forma simples que, eleito o governo, nosso papel agora é cobrar nossas reivindicações, buscar o melhor para nossa categoria. No entanto, na conjuntura em que elegemos o governo, vemos que nossa responsabilidade é muito maior do que isso e nosso debate deve ser bastante aprofundado e nossas ações devem ser cuidadosamente elaboradas.

Nossa pauta principal hoje é garantir que não tenhamos que passar pela mesma experiência, temos que trabalhar pela consolidação da democracia. Então nossa luta está

escalonada da seguinte forma: Luta pela democracia, combater e eliminar o fascismo em nosso país; defesa dos serviços públicos; defesa universidade pública, gratuita e de qualidade e defesa das nossas pautas específicas.

Isso não quer dizer que não vamos lutar por melhores salários. Isso quer dizer que sem democracia não temos serviços públicos, o fascismo combate o saber e não convive com a universidade e, em consequência, sem democracia não temos como lutar por salários, já que sequer temos a garantia da sobrevivência dos serviços públicos e da universidade. São desafios postos, pois governo eleito significa, que na luta de classes, ele representa nosso adversário. Como lidar com isso?

Não é a mesma situação de 2003, no primeiro mandato do Lula. Acreditamos que a militância, inclusive os que foram alçados para ocupar cargos no governo, tem a consciência do erro cometido naquele momento, quando nos viram como inimigos. Momento em que vivemos uma divisão de parte dos trabalhadores que equivocadamente classificaram o processo de mobilização, mesmo com pautas reais contra retirada de direitos e por reajustes, seria tentar "derrubar o governo".

Hoje os trabalhadores necessitam construir uma ampla unidade. O movimento recente veio para provar que só com mobilização, com o povo na rua, conseguimos alcançar nossos objetivos e, o tamanho da nossa vitória é proporcional ao tamanho da nossa mobilização.

Foi com povo na rua, com sacrifício, com o enfrentamento aos radicais de direita que conseguimos garantir a democracia. Se quisermos manter a democracia não pode ser diferente e, no meio disso, estão nossas reivindicações que estão completamente alinhadas com a pauta que elegeu o governo. Defesa dos servidores públicos, fortalecimento da educação. Somos trabalhadores da educação e não podemos deixar que o governo esqueça disso e, principalmente que: fortalecer a educação significa valorizar os profissionais que se dedicam à educação. Nosso único tamanho é a mobilização.

4. Reajuste e Plano de Lutas

Campanhas Salariais

Estamos há 7 anos sem reajuste, e nesse período a inflação acumulada é de exatos 37,65%, conforme dados do IBGE. Logo, estamos vendo nosso salário diminuir drasticamente através da inflação. Nesse sentido, a mesa nacional de negociação permanente foi reaberta no dia 7 de fevereiro. A FASUBRA e o FONASEFE (Fórum Nacional das Servidoras e dos Servidores Federais) iniciaram a busca por negociações com o atual governo, de forma acertada já durante os trabalhos da equipe de transição no final de 2022, entregando documentos de análises e propostas para o serviço público. Já no dia 2 de janeiro ambos protocolaram ofícios com suas pautas em diversos ministérios. Essa busca ativa foi importante e o desenrolar da campanha salarial de 2023 dependerá muito da nossa capacidade de lutar por avanços de fato.

Em conjunto com o FONASEFE a FASUBRA priorizou três pautas para 2023, o reajuste de

27%, referente a inflação do período do governo Bolsonaro, a equiparação do valor dos auxílios com os demais poderes e a revogação dos projetos nefastos do governo anterior para o serviço público.

Quando escrevemos esta tese não sabíamos em que momento estaria a negociação durante o congresso da FASUBRA, mas com certeza, este deverá avaliar a luta pela nossa pauta emergencial de 2023 bem como nossas propostas para 2024, que envolve a abertura da mesa específica para tratar de avanços para nossa categoria, incluindo o PCCTAE. Nossa categoria por ter a menor remuneração do executivo federal deve buscar uma remuneração mínima que se aproxime do salário mínimo necessário para as necessidades de uma família segundo a constituição e conforme cálculo do DIEESE. R\$6.641,58 em janeiro de 2023. Propomos que exista uma complementação salarial para chegar a este valor, de forma provisória, até que nossa carreira atinja os 3 salários mínimos como piso e vamos lutar pela implantação dessa remuneração mínima em 2024.

Que as e os TAE não recebam menos do que o salário mínimo constitucional (DIEESE).

No dia que fechamos esta tese (16/02) ocorreu a primeira rodada real de negociação em 2023, onde o governo apresentou a proposta de conceder os reajustes nos auxílios e salários dentro dos 11,2 bilhões previstos no orçamento. Sabemos que o reajuste nos auxílios não precisa sair deste montante e que se não for usada parte da verba de contingência existente, não podemos considerar que o governo retirou a granada do bolso do servidor. Tanto em 2023 como em 2024 vamos precisar de muita luta para buscar uma verdadeira recomposição das perdas e valorização do nosso trabalho.

A disputa do orçamento

Mesmo derrotado o governo Bolsonaro, seu legado neoliberal permanece, é necessário disputar o Fundo Público, não apenas para atender nossas demandas salariais e orçamentária das universidades, mas derrotar a política de ajuste fiscal permanente. É necessário revogar o entulho deixado pelos últimos governos, como revogar a PEC do Teto, à autonomia do banco central, e reverter à lógica que favorece as elites rentistas e favorecer o povo trabalhador, taxar grandes fortunas, lucros e dividendos, fazer auditoria da dívida pública, reduzir os juros e direcionar este recurso para políticas de sociais de transferência de renda, saúde, educação, emprego, bem como ampliar os 11,2 bilhões atualmente destinados à reposição do funcionalismo, totalmente aquém das nossas necessidades, após 7 anos sem reajuste.

IRPF

A FASUBRA deve colocar na rua a campanha pelo reajuste da tabela do IRPF com isenção para quem recebe até 5000 R\$ como base de cálculo, promessa de campanha do governo eleito, que deve ser cobrada. A correção do imposto de renda gera significativos ganhos para nossa categoria, e parte da reposição das perdas de poder de compra. Para isso devemos pautar uma Revolução Tributária, que além de corrigir o imposto de renda, taxe grandes fortunas, lucros, dividendos e remessas no exterior. Seguem nossas pautas de luta no próximo período:

REAJUSTE JÁ!

Reposição das perdas inflacionárias rumo ao salário mínimo do Dieese;

Data base e política salarial;

PLP 104/2022 Limite da Taxa de Juros;

Correção da Tabela do Imposto de Renda;

Auditoria da Dívida Pública com participação popular; Taxação de Grandes Fortunas Lucros e Dividendos;

Revogação das reformas Neoliberais:

***Pec do Teto**

*** Reforma Trabalhista**

*** Reforma da Previdência**

***Autonomia do Banco Central- Fora Campos Neto!**

***Política de Paridade Internacional dos combustíveis**

*** Decreto 10620- Centralização das aposentadorias**

***Portaria 10723 -ataca o direito à Redistribuição;**

***Decreto 9262 e 10185- Extinção e Vedação de cargos do PCCTAE**

***Decreto 1916- Lista Tríplice Reitores**

*** Não a privatização – reestatização da Eletrobras**

***Novo Ensino Médio**

5. Democracia nas Universidades

Nos últimos anos tivemos um forte avanço contra a democracia e autonomia nas universidades. O governo Bolsonaro teve como uma de suas marcas, a busca pelo aparelhamento, colocando as instituições a favor do ser governo, muitas vezes desrespeitando o papel de cada uma e o que está prescrito na lei. Aconteceu com a Polícia Federal, com parte do Exército, PRF e as forças policiais em geral, na expectativa de ter apoio para se manter no poder pela força. Em instituições importantes como a AGU fez a indicação desrespeitando a tradição de nomear o escolhido entre os procuradores e chegando às universidades, também ignorou a tradição das consultas da comunidade.

Lula, no encontro com reitores, prometeu que iria nomear sempre o primeiro da lista. É pouco para a universidade: para promover a democracia nas universidades é preciso que sejam removidas o chamado “entulho autoritário” e, construída nova legislação onde o processo de escolha seja uma eleição interna e que o escolhido seja empossado e, que nesse processo seja reconhecida toda a comunidade universitária em pé de igualdade, com todos podendo votar e serem votados.

O grupo de trabalho “Democratização nas Instituições Federais de Ensino” constituído após a greve em 2015 elaborou um relatório assinado pelas entidades sindicais FASUBRA e SINASEFE juntamente com o MEC, que deve ser resgatado e seus encaminhamentos devidamente encaminhados. O servidor técnico-administrativo tem competência para ocupar os cargos administrativos das universidades, inclusive o de reitor, desde que democraticamente eleito pela comunidade.

Autonomia Universitária

Embora esteja na Constituição Federal, a autonomia universitária na prática já não existe mais. Nos últimos anos o governo tem atuado no sentido de centralizar as ações, processo iniciado com ações no Ministério do Planejamento a partir do SIAPE e outros sistemas e com forte crescimento no Ministério da Economia, que por si só representava uma

política de centralização, quando unificou quatro ministérios em um único. É preciso que haja uma revisão, quanto a política de orçamento e do controle de frequência, onde o governo criou o SISREF com intenção de controlar o Ponto Eletrônico Sem falar das inúmeras interferências do TCU com seus acórdãos que mandam e desmandam no administrativo das universidades e as inúmeras Instruções Normativas do Governos Federal que ordenam de cima para baixo o que as Universidades devem fazer ou deixar de fazer. Todos esses aspectos mencionados acima demonstram o desrespeito a autonomia administrativa garantida na Constituição.

Para além disso, tivemos a proposição do FUTURE-SE que ameaçavam a tanto a autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como a existência da própria universidade como instituição pública e gratuita

A FASUBRA deve retomar a discussão pela regulamentação, pelo encaminhamento do projeto Universidade Cidadã para os trabalhadores a partir de uma conversa com a Comissão de Educação na Câmara e Senado e, caso seja necessária uma revisão que seja através do GT-educação.

Revogação do decreto da lista tríplice e do 70/15/15

Paridade já, rumo ao voto universal

Defesa da Democracia e da Autonomia universitária

6. Carreira

Dado apresentado pelo Forgep foi a proibição hoje, para contratação de pessoal, frente a legislação imposta a iniciar-se no governo do PT e bastante amplificada nos últimos seis anos. O quadro extraído da apresentação deles demonstra o quadro preocupante que vivenciamos hoje:

Estruturação dos cargos

QUANTITATIVO DE CARGOS PERTENCENTES AO PCCTAE POR NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO



Fonte: Lei nº 11.091/2005

Como podemos ver, a proibição de concursos, seja por cargos extintos ou por uma simples proibição via decreto, inviabilizam o PCCTAE e podem inviabilizar o funcionamento das universidades. Já na criação do quadro de referência ainda no governo Lula, o quadro de pessoal das universidades foi reduzido, com a extinção de praticamente todos os cargos que estão nos níveis de classificação A, B e C, o que foi ampliado nos governos do temeroso e do tenebroso.

O quadro apresentado representa uma política de morte ao PCCTAE e se torna urgente a revisão da legislação. Devemos fazer uma revisão olhando para as mudanças no mundo do trabalho, indicando os cargos do PCCTAE, que de fato podem permanecer sem contratação.

Importante lembrar que, de início defendemos a contratação de todos os cargos, visto que a terceirização é um mal a ser combatido. É só lembrar como está sendo hoje, diante dos cortes ocorridos nas universidades onde, sobrou para os terceirizados onde a metade foi demitida e a outra metade ficou sobrecarregada o que prejudica os trabalhadores e também a própria instituição.

A FASUBRA, através da CNSC apresentou um levantamento sobre os problemas que nos atingem hoje:

Problemas ou desafios com o PCCTAE

Alguns pontos levantados pela FASUBRA

1. MATRIZ DE HIERARQUIA E REMUNERAÇÃO
 - a. Estrutura do plano x quebra da linearidade na tabela
 - b. Retomada do step constante
 - c. Necessidade de ampliação dos níveis de capacitação
 - d. Tabelas paralelas
 - a. Médicos e Médicos Veterinário
 - b. Enfermagem.
 - e. Necessidade de atualização das descrições de cargos
 - f. Racionalização x Provimento X Demandas da categoria.
 - g. Estrutura da remuneração x Gratificações
 - h. Manter paridade Ativos e Aposentados
 - i. Tamanho da tabela x interstícios x horizonte de desenvolvimento
 - j. Remuneração e a Reforma da Previdência

Problemas ou desafios com o PCCTAE

Alguns pontos levantados pela FASUBRA

1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO
 - a. PDIC X Decreto 9991
 - b. PDIC X PGD
 - c. PDIC X Inexistência de Matriz e Técnico referência x Portaria do ME sobre dimensionamento
 - d. Horizonte de Desenvolvimento x Reforma da Previdência
 - e. Retomada da Ascensão Funcional e Promoção Funcional (Projeto de Carreira da FASUBRA) X Correção de desvios

Problemas ou desafios com o PCCTAE

Alguns pontos levantados pela FASUBRA

1. FORÇA DE TRABALHO

- a. Proibição de concursos - revogação urgente
- b. Terceirização- retomada de cargos extintos necessários a atividades permanentes das IFE
- c. Regimes de contratação: RJU (Quadro das IFE) x CLT (Tabela da EBSERH)
- d. Regime e Modalidades de trabalho:
 - i. Presencial x Teletrabalho
 - ii. Turnos contínuos x 40h (RJU)
- e. Movimentação entre Órgãos/Entidades Públicas x Redistribuição só no âmbito do PCCTAE

Todos esses temas e os que podem surgir da discussão e é importante lembrar que, no momento em que estávamos em pleno debate, antes do golpe contra a presidente Dilma, havia o técnico substituto, como forma de possibilitar os afastamentos para capacitação/qualificação e o RSC – reconhecimento de saberes e competências, temas propostos pelo SINASEFE e CONIF. São temas de discussão difícil na FASUBRA, mas não podemos ignorar que eles existem assim também como não podemos esquecer que os trabalhadores técnico-administrativos que atuam nos Institutos, do Colégio Pedro II e outros, são base do SINASEFE e estão também no PCCTAE. No final do governo Dilma fizemos um seminário nacional em que esses assuntos estiveram em pauta, assim também como no Encontro Nacional da CIS ocorrido em Vitória – ES.

A discussão não pode nem deve ser restrita à tabela salarial. É importante que seja ampla. Já temos resolução sobre diversos temas e devemos fazer o debate sobre a melhor maneira de implementar. Temos posição sobre aumento de padrões de vencimento para superar o processo de estagnação em que somos postos com o número limitado de 16 padrões e devemos discutir como fazer isso em combinação com a interpolaridade entre os níveis de classificação e o impacto sobre o número de padrões de vencimento. Nessa mesma discussão está a reivindicação de piso equivalente a 3 salários mínimos e step de 5%

A forma de se aumentar os níveis de capacitação ou simplesmente o número de vezes em que o trabalhador pode ser contemplado com incentivo a capacitação, se pode ser inserido no salário de outra forma ou, se inserido na própria matriz de vencimento, como fazê-lo, qual o impacto no crescimento do número de padrões.

Sobre a racionalização, achamos que as reivindicações da categoria são justas, porém fogem do entendimento inicial e precisamos discutir o que queremos: se racionalizar ou modificar a estrutura dos cinco padrões e quais as possibilidades de se chegar a esse objetivo.

Para além disso, temos a atualização do Decreto 5824 de 2006 relativo ao incentivo à qualificação e da descrição dos cargos do PCCTAE. Esse trabalho vinha sendo realizado no âmbito da CNSC e deve ter continuidade.

É necessário retomarmos a luta pelo reposicionamento dos aposentados. No momento do enquadramento na nova carreira, todos foram enquadrados pelo tempo de serviço público, sendo que a maioria dos aposentados veio de uma situação onde existiam nas universidades, vários regimes de contratação e nem tudo foi reconhecido como serviço público. Uma falha que precisa ser corrigida.

São desafios colocados que certamente podem evoluir melhor conforme seja o envolvimento da categoria. Como bem sabemos lutamos melhor pelo que conhecemos, nossa tarefa é discutir com a base, ouvindo o que eles pensam e levando para nossas instâncias de decisão.

Por fim, é fundamental pontuar que o Brasil precisa priorizar a universidade em seu projeto de país, o que passa pela consideração de uma carreira de trabalhadores técnicos-administrativos à altura desses desafios.

7. Aposentados

APOSENTADORIAS E AS SUCESSIVAS LEIS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS

LEI 8112/90 – REGIME JURÍDICO ÚNICO

Com a promulgação da Lei 8112/90 em 11 de dezembro de 1990, as regras para as aposentadorias e pensões eram bastante simples:

A idade exigida era 65 (sessenta e cinco anos) para os homens e aos 60 (sessenta) para as mulheres, havia a aposentadoria por tempo de serviço (35 e 30 anos para homens e mulheres, respectivamente), que poderia ser proporcional ou integral, e a aposentadoria

concedida em virtude de legislação especial (professores, magistrados etc), sem exigência de idade. Além disso, a aposentadoria compulsória se dava aos 70 (setenta) anos.

A aposentadoria compulsória, por idade, e por tempo incompleto com até 5 (cinco) anos a menos de serviço, como era a denominação da época, com proventos proporcionais a esse tempo.

Todas as modalidades de aposentadoria obedeciam à regra da paridade plena, ou seja, tudo o que fosse concedido aos servidores em atividade era estendido aos já aposentados ou aos beneficiários de pensão.

Nessa época os servidores públicos passaram por muitas incertezas em relação às suas aposentadorias. Devido aos vários planos econômicos defendidos e implantados pelos governantes, muitos não conseguiram planejar suas aposentadorias, optando pela aposentadoria proporcional o que acarretou vários prejuízos, tanto monetário como de saúde. Acostumados a saírem todos os dias para o trabalho e muitos deles retornando somente à tardinha, angustiaram-se por saber que esta rotina não faz mais parte do seu cotidiano. Nos primeiros meses é como se em férias estivessem, mas com o passar do tempo bate a melancolia por não saber como ocupar o tempo ocioso, alguns entraram em depressão, outros procuraram subterfúgios como a bebida e os jogos de azar, imaginando que com isso o tempo poderia passar mais depressa. As Instituições não tinham políticas de preparação para aposentadoria, para que os servidores pudessem se preparar psicologicamente e se planejar para enfrentar a nova vida fora do serviço público. Essa preparação ajudaria o servidor dispor de elementos para gerir o seu novo projeto de vida, de modo que pudessem administrar seus anseios e perspectivas, em prol das suas necessidades e possibilidades futuras.

Os passos destruição da Previdência Social dos Servidores Públicos:

1- Cinco anos após a promulgação da Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 3/93 (EC 3/93),

O Parlamento brasileiro trouxe o princípio contributivo para os regimes próprios dos servidores públicos (Previu no § 6º, art 40, que as aposentadorias e pensões seriam custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores.

2- Emenda Constitucional nº (20/1998 EC 20/98)

As incertezas não param com o Regime Jurídico Único (a incerteza é ao RJU ou aos ataques a ele), há muito o serviço público e os servidores vêm sofrendo reincidentes ataques em seus direitos e garantias, muitas vezes constitucionalmente tuteladas. Acabou o tempo que o ingresso no funcionalismo público era sinônimo de segurança e estabilidade financeira.

A Emenda Constitucional nº 20 de 15/11/1998, sem dúvida alguma representou um verdadeiro marco inicial na sucessão de ataques aos direitos dos servidores (as) públicos (as) de todas as esferas, principalmente em matéria previdenciária, sendo uma das principais perdas, a constituição do pilar de previdência (privado e facultativo) e a exigência do tempo mínimo de contribuição, que se somou ao já existente tempo de serviço, para efeito de aposentação, isto tanto no regime geral (RGPS), quanto no regime próprio dos servidores (RPPS).

3- Emenda Constitucional 41/2003 (EC 41/03)

A partir desta data, a EC 41/03, trouxe mais uma série de ataques aos direitos previdenciários dos (as) servidores (as). A mais importante delas, que comprometeu as gerações futuras, foi a extinção da Integralidade e a Paridade entre servidores ativos e aposentados. Além desta, instituiu-se a contribuição Previdenciária dos aposentados; Criou-se a Previdência complementar; ampliou-se a idade e o tempo de contribuição para fins de aposentadoria; desrespeitou-se o direito a aposentadorias especiais, reduziu-se às pensões em 70% do benefício do instituidor e, criou o abono permanência, dentre várias outras perdas significativas aos servidores.

4 - Emenda Constitucional nº 103/2019 (EC 103/19)

A Reforma da Previdência promulgada em 13 de novembro de 2019 traz mudanças significativas para as regras de aposentadorias, tanto para o Regime Geral da Previdência como para o Regime Próprio da Previdência.

Idade mínima

A idade mínima na aposentadoria é de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), válidas para novos segurados; quem já estava no mercado de trabalho tem regras de transição;

Tempo de contribuição mínimo

É de 15 anos para homens e mulheres; mas o percentual pago a cada ano extra de contribuição começa a contar a partir do 15º ano para mulheres e a partir do 20º para homens;

Cálculo do benefício

A aposentadoria é de 60% sobre a média salarial mais 2% a cada ano que exceder o tempo mínimo;

Cálculo da média salarial

Leva em consideração 100% das contribuições pagas pelo segurado; antes, entravam na conta as 80% maiores contribuições, deixando de fora as 20% menores;

Pensão por morte

O segurado viúvo recebe 50% do valor da aposentadoria do segurado que morreu ou da aposentadoria por invalidez à qual ele teria direito mais 10% por dependente. Um viúvo sem filhos recebe 60%;

Aposentadoria especial

O tempo mínimo de contribuição é de 15, 20 ou 25 anos, dependendo do grau de exposição a agentes prejudiciais à saúde. A idade mínima de 66 anos (exposição de 15 anos), 76 anos (exposição de 20 anos) ou 86 anos (exposição de 25 anos). Não é mais possível converter o tempo especial em comum, com bônus;

Regras de transição

Ao todo, há cinco regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho: pedágio de 50%, pedágio de 100%, pontos, idade mínima e transição para a antiga aposentadoria por idade (válida só para mulheres);

Aposentadoria por incapacidade permanente

A antiga aposentadoria por invalidez passa a ter o mesmo cálculo dos demais benefícios, de 60% da média salarial mais 2% a cada ano extra. Ela só é de 100% quando é proveniente de acidente de trabalho;

Servidores públicos federais

Para novos servidores, as regras são iguais às do setor privado. Quem já estava no setor público tem regras de transição. No caso do cálculo do benefício, as normas também são diferentes e dependem do ano de ingresso no setor público: 1998, 2004 ou 2013;

Professores e trabalhadores rurais

Para esses segurados ficaram garantidas regras mais vantajosas na aposentadoria, com idade mínima menor que a dos demais trabalhadores.

Fonte: Notícia Wagner Advogados Associados do dia 18 de novembro de 2022.

Analisando as Emendas Constitucionais pode-se afirmar, com certeza, que feliz daqueles (as) que conseguiram se aposentar antes da Emenda Constitucional 20/98, pois conseguiram seus proventos na integralidade. Hoje resta apenas a incerteza se conseguirá ou não aposentar e aqueles (as) que conseguirem os proventos, os valores não darão para sobreviver. Por esta razão, o Coletivo Vamos à Luta tem um olhar muito especial para esta parcela da categoria e tudo fará para reverter ou pelo menos amenizar os prejuízos sofridos pela implantação destas Emendas Constitucionais.

Lei 11091/2005 - Plano de Carreira

Com a Lei 11091/05 foi instituído o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, a qual representa uma conquista para o conjunto da categoria. Com essa Lei houve reconhecimento efetivo de suas atribuições em âmbito acadêmico, e então passaram a ser tratados como Técnico-administrativos em Educação. Até aí sem reparos, porém a armadilha veio logo no momento do efetivo enquadramento, quando o plano de carreira aprovado pelo governo, levou em consideração somente o tempo de serviço público federal, desconsiderando a situação dos aposentados e pensionistas na tabela salarial anterior – Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). Ou seja, para estes os proventos de aposentadoria seriam vertiginosamente atingidos, a partir do momento que nem todo seu tempo de contribuição/serviço seria efetivamente contado, para fins de enquadramento no novo plano, e com isso, uma nova parcela complementar surge aos vencimentos, sem acrescer à remuneração, e que seria integrado ao vencimento básico, de forma a ser absorvida por ocasião de reestruturações ou reorganizações da carreira.

Assim, com a entrada em vigor da Lei nº 11.091/2005, muitos dos TAEs aposentados e pensionistas foram transpostos para o novo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (PCCTAE) e, seu posicionamento se deu nos níveis iniciais e intermediários do novo plano de carreira. Na verdade, a transposição dos mesmos para o novo Plano de Carreira, deu-se sem que houvesse a correlação entre a classe e o padrão ocupado pelo TAE por ocasião de sua aposentadoria e os novos padrões de vencimentos de cada nível de classificação da tabela do novo Plano de Carreira (PCCTAE).

Com isso o novo plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE acarretou sérios prejuízos aos aposentados e pensionistas, independente de terem se aposentado em final de carreira ou não. As perdas para os trabalhadores cuja aposentação se deu no topo da carreira e em período anterior à publicação da Lei nº 11.091/05, quando vigente o PUCRCE, e que, em conformidade com os critérios utilizados para o enquadramento, passaram a ocupar situações iniciais ou intermediárias no novo Plano de Carreira – PCCTAE.

Infelizmente as perdas aos TAEs não pararam por aí, pois aqueles (as) que ficaram com vencimento básico complementar foram duplamente prejudicados, pois além de ficarem com o seu salário básico dividido, em janeiro de 2006 quando alterou o step da tabela de 3,00% para 3,6%, esses trabalhadores não ganharam essa diferença porque enxugaram do vencimento básico complementar. Além do mais, os aposentados que tinham em seus proventos as vantagens dos Art. 184 da Lei 1.711/52 e Art. 192 da Lei 8.112/90, ficaram com as rubricas congeladas na forma de VPNI's.

As aposentadorias proporcionais foram duplamente penalizadas, exemplo disso é o de uma servidora com 25 anos de efetivo exercício, que à época poderia se aposentar proporcional, no enquadramento teria ficado com o padrão de vencimento treze, mas os proventos correspondem a vinte e cinco trinta avos do vencimento do padrão treze. Ora, se ela já foi enquadrada respeitando a proporcionalidade, porém seu enquadramento corresponderia ao nível 13, não poderia lhe ser aplicada a proporcionalidade, e sim o valor correspondente ao seu padrão de vencimento. Ou seja, essa aposentada, em termos salariais, não está no padrão de vencimento treze e sim vinte e cinco trinta avos do salário do padrão treze.

Outro problema da Lei 11.091/2005 - PCCTAE foi o enquadramento dos cargos de técnicos, onde a exigência da escolaridade para o ingresso é o ensino médio mais o profissionalizante, estes ficaram posicionados na mesma classe, que os técnico-administrativos, os quais a Lei exige escolaridade apenas de ensino médio. Ora, se a qualificação para os cargos técnicos tem que ser maior, é justo que os salários também sejam maiores.

Isso posto, é certo que houve problemas na implantação do novo Plano de Carreira para os Técnico-Administrativos em Educação, pois a Lei 11091/2005 prejudicou vertiginosamente os aposentados e pensionistas, ao desrespeitar a correlação no enquadramento entre o PUCRCE o PCCTAE, uma vez que não poderão desenvolver na carreira, tendo em vista que somente conta para posicionamento na tabela, os cursos realizados antes da edição da Lei. Diferentemente dos Técnico-Administrativos em Educação, ativos, porque estes poderão desenvolver na carreira e atingir o último padrão de vencimento e o último nível de capacitação, o que por si só, fere novamente direitos fundamentais previstos no texto Constitucional.

Mesmo com todos os prejuízos sofridos pelo enquadramento ainda em 28 de dezembro de 2012, com a promulgação da Lei 12.772/12 que no seu Art. 41 altera o Art. 10 da Lei 11091/2005 § 4º que trata do somatório das cargas horárias dos certificados, com esta alteração é possível fazer o somatório das cargas horárias dos certificados desde que a carga horária seja igual ou superior a 20 h. No entanto, os aposentados ficaram fora deste somatório.

Alguns exemplos de outras categorias que demonstram esses equívocos:

O texto constitucional prevê expressamente como direito e garantia fundamental, em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade, do direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade.....”. Seguramente isso não foi respeitado pelo Legislador pátrio ao editar a Lei 11.091/2005, quando impõe tratamento diferenciado entre servidores técnico-administrativos vinculados ao mesmo Ministério.

Um exemplo disso é a Lei 11.233 de dezembro de 2005, Plano Especial de Cargos da Cultura, no artigo 1º, quando trata do enquadramento na nova tabela, tem incluído um parágrafo – 8º - que assegura ”§8º O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas, respeitada a respectiva situação na tabela remuneratória no momento da aposentadoria ou da instituição da pensão”.

Na Lei 11.784/2008 - Dos Cargos de Níveis Superior, Intermediário e Auxiliar do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, garante no Artigo 102, o seguinte “Art. 102. Aplica-se o disposto nesta Lei aos (as) aposentados (as) e pensionistas, mantida a respectiva posição na tabela remuneratória no momento da aposentadoria ou da instituição da pensão, respeitada as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica”.

Na Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, em seu artigo 119, também assegura que o “O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias, constantes dos Anexos LXXI, LXXII e LXXIII desta Lei, será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica”.

Diante de toda essa explanação conclui-se que a interpretação da Lei 11091/2005 foi feita de forma seletiva, pois no momento dela ser analisada e interpretada, o governo atuou para fazer economia, mesmo sabendo que o trabalhador iria ser prejudicado.

Fonte: Of.054 ASSUFMS, enviado à Reitoria da UFSM.

OS (AS) IDOSOS (AS) E A PANDEMIA

O Presidente Jair Bolsonaro chegou ao final do seu governo carregando na consciência uma série de negação, principalmente relacionadas à pandemia.

Durante a Pandemia o povo brasileiro apavorado com a aceleração da covid-19 e o Presidente fazendo pouco caso: Em vez de comprar vacina, aconselhava o tratamento alternativo da Cloroquina, que foi comprovado cientificamente que era ineficaz e trazia sérios problemas colaterais, podendo levar até a morte. Quanto mais morria gente, mais ele negava, chegando a dizer, que ele não era coveiro. Foram muitas falas mal colocadas por esse senhor, como “chega de Mi mi mi”, “e daí quer que eu faça o quê”, “isso é coisa de marica” entre

muitas outras. Discordava de todos os cientistas, chegando a substituir várias vezes o Ministro da Saúde, por achar que estes estavam exagerando nos cuidados que recomendavam. Assim foram meses de horror para o povo brasileiro, até que chegou a vacina, a qual depois de um tempo começou amenizar esse sofrimento.

Dados do Ministério da Saúde comprovam que até 29/01/2023 foram confirmados 36.794.261 casos de covid19. Destes 35.853.682 foram recuperados, 17.508.8 incidentes e 696.759 mortes. A maioria dos mortos tinha acima de 60 anos e muitos com problemas de saúde anteriormente diagnosticados. Podemos afirmar que a população idosa foi quem mais sofreu com a pandemia.

Fonte: Ministério da Saúde – Painel Corona vírus em <https://covid.saude.gov.br/>.

Felizmente tudo passou e hoje se elegeu um governo que se preocupa com a saúde da população, já de início comprou um lote de vacinas já capaz de combater as novas variações do Covid e estabeleceu políticas de combate à pandemia. Roga-se para que ele faça um bom Governo e que disponibilize essas vacinas no menor tempo possível, evitando com isso uma nova contaminação.

PROPOSTAS:

- Propor, através dos sindicatos de base que solicitem às Instituições de Ensino para acolherem os aposentados (as) de maneira que possam fazer parte dos Conselhos Universitários, da Comissão Interna de Supervisão da Carreira e votar na escolha do Reitor;
- Propor, através dos sindicatos de base que cobrem das Pró-reitorias de Gestão de Pessoas para que ofereçam cursos de Preparação para Aposentadoria;
- Realização dos encontros para aposentados (as) e pensionistas tendo como premissa preparação para o encontro Nacional, o qual deva ser anual;
- Orientar os Sindicatos de base, que não dispõem, da necessidade de ter uma Coordenação de Aposentados (as) para reuni-los (as) uma vez por mês para tratar de assuntos pertinentes à categoria;
- Solicitar à Assessoria Jurídica da FASUBRA, para em conjunto com as assessorias das entidades filiadas, que oriente as direções dos sindicatos de base, através de comunicado sobre os golpes propostos pelos vigaristas;
- Continuar na luta pela paridade entre ativos e aposentados.
- Encaminhar a reestruturação do Plano de carreira de modo que contemple os anseios dos aposentados (as) e pensionistas.
- Lutar para o descongelamento dos Artigos 184 da Lei 1.711/52 e 192 da Lei 8.112/90;
- Propor ao Governo Federal que aumente o per capita dos planos de saúde no mesmo percentual que estes aumentam as suas mensalidades.
- Revogar a “Reforma” da Previdência (EC 103/19): Que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpra com o que prometeu nas eleições de 2018!
- Que Bolsonaro seja julgado e preso pelos crimes na Pandemia.

8. Meio Ambiente

O primeiro passo é compreendermos que somos todos os seres vivos e não vivos, partes de um todo, esse todo damos o nome de Meio Ambiente. Nós não somos algo externo ao meio ambiente, como muitos pensam. Fazemos parte desse todo complexo, onde estão inseridos a cultura e a natureza. Temos o dever ético e moral de preservar a nossa casa comum, que chamamos de Terra. Esse dever não está relacionado apenas ao usufruto do ser humano sobre os recursos naturais do planeta, mas também o dever de cuidar para que as futuras gerações e demais seres vivos possam ter direito a um planeta Terra devidamente saudável, como nós recebemos de nossos antepassados.

Nós, seres humanos, não podemos achar que somos donos e senhores de todas as coisas. Cuidar do meio ambiente é também pensar no outro, nas outras pessoas. Cuidar do meio é cuidar da sociedade, é cuidar das relações de trabalho, é cuidar da economia, é cuidar da miséria.

Dessa forma, para cuidarmos de nossa casa comum, criamos o termo Ecologia, que é o ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua conseqüente adaptação a ele, assim como novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do ser humano. O prefixo "eco" vem do grego "oikos", que significa casa, domicílio, habitat. E o sufixo "logia" é significa estudo de, logo, a Ecologia se dispõe ao estudo da nossa própria casa, ou seja, o Planeta Terra.

Tanto na FASUBRA, na universidade ou em nossas casas, precisamos sempre estar atentos às nossas práticas diárias. Além de cobrar de governos ou entidades, precisamos aprender a nos posicionar frente aos inúmeros desafios ambientais que enfrentamos atualmente.

Meio ambiente e os trabalhadores

O trabalho, é a interface da relação homem/natureza e é o ponto nevrálgico de conflito em nossa sociedade. Ao transformar a natureza em produtos e bens de consumo para satisfazer nosso modo de vida, transformamos a natureza em mercadoria, através de uma visão reducionista e instrumentalista. A forma como as relações homem/natureza, trabalho/capital nos são apresentadas, coloca os trabalhadores e por conseguinte, o Movimento Sindical em uma luta que deve ir além das questões salário, emprego e ambiente de trabalho. Os trabalhadores e o movimento sindical devem buscar alternativas de construção de uma sociedade baseada na inclusão e na **sustentabilidade**.

Ecossocialismo

“A crise ecológica, mais do que qualquer outra crise que nos afeta hoje, altera radicalmente o nosso senso de urgência, porque acarreta no colapso das condições físicas e materiais que tornam a vida possível, ainda mais a vida sob o socialismo. Essa crise, assim como as outras, é principalmente produzida pelo sistema capitalista. Fatores da Grande

Aceleração, desde o aquecimento global à perda de biodiversidade, estão atrelados à insustentabilidade do modo de produção vigente. E esses fatores não podem ser detidos pelas soluções capitalistas, pois, para manter seu ciclo de acumulação, o capital demanda cada vez mais da natureza. Hoje, o capitalismo verde é mais ameaça do que o negacionismo climático padrão. Parece racional reconhecer o consenso científico acerca das mudanças climáticas, no entanto esconder o papel do capitalismo nessa crise também é anticientífico. Sua deturpação das mudanças climáticas como um problema que pode ser manejado sem intervenção severa no modo de produção conduz a falsas soluções e é, em si, um tipo de negacionismo.

As soluções arrançadas se dirigem a algumas questões críticas, mas apenas na medida em que são compatíveis com o objetivo final de gerar lucro. Mudar apenas a maneira de se comprar bens não soluciona o problema. Mecanismos de compensação de carbono têm permitido que grandes poluidores sigam poluindo enquanto outras empresas conseguem grandes lucros ao reduzir algumas de suas emissões. Carteiras de investimento bilionárias valorizam métodos de geoengenharia que não são comprovados em grande escala e que podem ter sérias implicações éticas e biológicas. Não se pode simplesmente substituir o que usamos como fonte de energia da indústria e da produção de bens e serviços atual por uma alternativa renovável, porque os recursos da Terra são finitos. É necessário fazer ajustes de quantidade e qualidade, e a distribuição desigual é uma questão.

O capitalismo precisa acabar para que a vida possa continuar; porém, as condições políticas vigentes não apontam para soluções que sejam radicais e rápidas o suficiente para confrontar a crise ecológica com o antídoto perfeito. Nós enfrentamos as ameaças imediatas da reorganização das forças de direita e fascistas – incluindo os ecofascistas – e o crescimento da dominância do capitalismo verde. À medida que nos organizamos para combater essas ameaças, nosso trabalho também é identificar e engajar em possíveis caminhos de ação que possam lidar com distintas coisas ao mesmo tempo.

O Ecosocialismo é uma tese defendida pelo sociólogo brasileiro Michael Löwy nos desafia com a proposta de que é preciso romper com o capitalismo e transformar as estruturas das forças produtivas e do aparelho produtivo. Segundo Löwy, “Trata-se de destruir esse aparelho de Estado e criar um outro tipo de poder. Essa lógica tem que ser aplicada

Também é nosso dever como Entidade Sindical, pautar a consciência de classe. Discutirmos e apresentar propostas para questionarmos os meios de produção, em que o aparelho produtivo: ele tem que ser, senão destruído, ao menos radicalmente transformado. Ele não pode ser simplesmente apropriado pelos trabalhadores, pelo proletariado e posto a trabalhar a seu serviço, mas precisa ser estruturalmente transformado.

Trata-se de buscar um outro modelo, um desenvolvimento ecosocialista, baseado na agricultura orgânica dos camponeses e nas cooperativas agrárias, nos transportes coletivos, nas energias alternativas limpas e na satisfação igualitária e democrática das necessidades sociais da grande maioria.

Lutar por uma sociedade justa, digna, sustentável, é lutar por cidadania. A destruição da natureza compromete a sobrevivência de nossa espécie e incorporar a luta por um meio

ambiente saudável, ecologicamente equilibrado, é possibilitar a construção de uma nova sociedade, mais saudável, mais justa e mais fraterna e essa luta deve ser incorporada pelo movimento sindical e fazer dela uma de nossas bandeiras.

Nossa estratégia precisa definir as prioridades. Uma maneira de fazer isso é alinhar os interesses das pessoas com a infraestrutura que será fornecida. Se é necessário reduzir os níveis da aviação, como podemos oferecer às pessoas outros meios de transporte de longa distância que serão avaliados positivamente em termos de custo, duração e conveniência? Dê às pessoas mais trens de alta velocidade – a preços baixos, talvez até gratuitos! – em vez de rotas de avião e aproveite as estações localizadas em regiões centrais. O custo de vida e as crises energéticas na Europa em 2022 levaram a Alemanha e a Espanha a experimentar subsídios temporários para trens regionais e para o trânsito local.

Ao levar a sério a crise climática, países e regiões podem investir em programas semelhantes ao GND e mudar a maneira como as pessoas usam o transporte. Com a infraestrutura adicional, outros efeitos positivos vêm na esteira, como a redução dos congestionamentos e dos índices de acidentes de carro. Mesmo que um trem de alta velocidade não seja tão rápido quanto um avião, quando desaceleramos o ritmo de vida, permitindo que as pessoas tenham mais tempo longe do trabalho, essa troca pode não ser tão ruim. A conveniência de simplesmente embarcar em um trem ao invés de passar pelo check-in no aeroporto, ou de pegar um ônibus gratuito sem se preocupar com catracas e compra de passagens, contribui com novos comportamentos e angaria o consentimento da população. Quando o capitalismo oferece alguma conveniência, geralmente é às custas dos consumidores ou do meio ambiente. Legumes pré-cortados são convenientes em um mundo onde se tem tempo limitado para tarefas domésticas, mas pagamos mais por eles e temos que lidar com o excesso de embalagens, geralmente de plástico.

Nossa estratégia cria outro tipo de conveniência ao fornecer infraestrutura pública verde que torna a vida mais fácil e barata para os trabalhadores e que concilia as necessidades das pessoas e da natureza na transição ecológica. Precisamos mitigar danos e nos adaptar rápido, pois a transição ecológica só vai vencer essa corrida *contra o tempo* se também *criar tempo* através da reorganização da produção e de ambientes em que vivemos.

Muitos são os aspectos e impactos ambientais das atividades das IFES que interagem com o meio ambiente, muitos deles estão ligados à ocupação e aos Processos Acadêmicos, como as emissões para o ar, a água e o solo, a contaminação do solo, ruídos, exposição ocupacional e fontes e fatores de emissão. Pode ocorrer modificação do meio ambiente, adversa ou benéficamente, repercutindo em impacto ambiental. As ações de preservação devem estar no foco da Estratégia das Instituição, de forma a atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades. Essa visão, a ser garantida, carece de decisões internas que requerem manutenção de condições saudáveis de trabalho, segurança, capacitação e lazer para os trabalhadores, familiares e vizinhanças de nossos Campi, a contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos decorrentes de seus processos e do uso ou consumo de seus produtos de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral, bem como da elaboração de processos de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas.

Contudo, mesmo sabendo da importância de se trabalhar com essa temática e acreditando que a Fasubra precisaria de uma coordenação própria que trabalhasse as questões de sustentabilidade ambiental, dentro e fora da sua direção, em especial com sua base, **propomos a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Ecologia e Meio Ambiente nas Universidades e, para que sejam discutidas as temáticas e propostas ações a serem implementadas pela nossa Federação no intuito da promoção da sustentabilidade com nossa categoria.**

9. Antirracismo

Desafios para a implementação de políticas antirracistas

A população brasileira é multiétnica, composta por uma maioria negra afrodescendente (pretos e pardos), 54,9%, a segunda em números totais fora da África, porém sua representatividade é exacerbada em alguns índices e ínfima em outros, vejamos:

- Em 2018, 75,7% dos homens vítimas de homicídios eram negros, as chances de um homem negro morrer era 2,7 vezes maior do que um não-negro. Entre as mulheres negras a chance de morrer era 5,2 vezes maior quando comparadas com as não negras;
- Em 2019, 66,69% da população carcerária era composta por pretos e pardos;
- Em 2019, 64,8% das pessoas com mais de 14 anos desocupadas eram negras;
- Em 2019, o rendimento médio real das pessoas pretas e pardas era de R\$ 1.683,00 enquanto o das pessoas brancas era de R\$ 2.975,00;
- Nas eleições de 2018, 27% dos eleitos nas esferas nacional, estadual e distrital eram pretos e pardos;
- Em 2019, 9% das pessoas pretas e pardas com mais de 14 anos possuía ensino superior completo.

Uma das ausências mais evidentes e patológicas, nos processos de descolonização dos países que se tornaram “independentes”, é a ausência de diversidade nos espaços de poder (política, universidades, empresariado, etc.). No Brasil em mais de 130 anos de República, mesmo sendo um país de maioria negra, nunca tivemos um chefe do Executivo, ou do Congresso Nacional negro, sendo Arthur Lira (2021-2023) o primeiro presidente da Câmara dos Deputados a se declarar pardo, o qual é um caso de troca de identificação racial, pois o mesmo se declarava branco até o pleito de 2014, no Judiciário o primeiro

presidente negro do Supremo Tribunal Federal foi Joaquim Barbosa (2012-2014).

As reformas neoliberais, a partir dos anos 1990, exigiram das instituições educacionais o atendimento de metas, o estímulo ao produtivismo e a maior aproximação com o mercado, através do financiamento de suas atividades-fim. Concebido para comprovar a ineficácia das instituições federais (IFES) e incentivar a expansão do ensino superior através da alocação de recursos públicos no sistema privado, em 1995 teve início o processo de avaliação dos cursos com a lei n.º 9.131/95, que instituiu o Exame Nacional de Curso, ENC. Este utilizado para realizar o ranqueamento dos cursos, pois media o desempenho dos alunos, o produto final, sem levar em consideração as enormes diferenças entre as instituições. Todavia, a intenção inicial não restou comprovada, pois as IFES embora estivessem passando por dificuldades de infraestrutura obtiveram melhores resultados do que as faculdades privadas.

Em 2003, com o fim da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e o ingresso do Partido dos Trabalhadores (PT), com o presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), na gestão federal, houve críticas ao modelo adotado, tendo em vista a falta de participação da comunidade e a imposição de um conceito de qualidade em detrimento de uma gestão democrática.

A expansão iniciada a partir do Plano de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais (REUNI), assim como a lei 12.711/2012, a qual passou a regular o ingresso nas IFES e determina a reserva de 50% das vagas para alunos egressos do sistema público, afrodescendentes, indígenas e deficientes, transformou a realidade universitária. Esta nova conjuntura possibilitou a entrada às IFES sujeitos de diferentes origens sociais. Muitos desses ingressantes seriam os primeiros de seu círculo familiar a frequentarem uma universidade pública, possuindo um ethos que não é reconhecido na academia como valorável, nessa categoria se enquadram os sujeitos da política de ação afirmativa étnico-racial; notadamente em decorrência do eurocentrismo que influenciou na organização das universidades, em especial àquelas implantadas nas ex-colônias europeias, como é o caso do Brasil.

No Brasil a colonialidade é percebida tanto no racismo estrutural brasileiro como na submissão de grupos dominantes locais, detentores e mantenedores de um sistema de privilégios, aos grupos neoliberais que definem as atividades relativas ao mundo financeiro e que promovem o conceito de liberdade a partir do individualismo.

A política pública para ingresso e reserva de vagas (cotas) nas instituições federais de educação (IFE), instituída nacionalmente através da lei n.º 12.711/2012, e nos concursos

públicos da administração pública federal (Lei n.º 12.990/2014) vieram a fim de reduzir desigualdades raciais e econômicas. Em alguns estados brasileiros o percentual da população negra (soma dos pretos e pardos) pode chegar a mais de 70% (estado da Bahia) e em outros estados este percentual é menos de 20% (Rio Grande do Sul).

As desigualdades raciais no acesso à educação vêm se mantendo nas séries de pesquisas do IBGE (2019) e também foram observadas no contexto de ensino remoto durante a pandemia da COVID-19; dos estudantes brancos entre 15 e 17 anos 67,3% possuíam acesso a computador ou notebook e internet no domicílio, enquanto entre os estudantes negros o percentual era de 46,8% (IBGE, 2021).

A modificação propiciada pela política de ação afirmativa, não pôde passar despercebida, a taxa líquida dos jovens negros, de 18 a 24 anos, na educação superior passou de 35,1%, em 2009, para 55,6%, em 2019 (IBGE, 2019), o que ainda é muito abaixo dos 78,8% dos jovens brancos nesse nível de ensino. Na educação básica, segundo dados da OCDE (2021), 76% dos jovens brancos concluíram o ensino médio enquanto entre os negros a taxa era de 60%; a PNAD(2019) indicou que os jovens negros são a maioria nas estatísticas de evasão escolar, sendo 71,1% dos que abandonam os estudos.

Após a implantação do sistema de ingresso com reserva de vagas, foi possível observar a mudança significativa no público que frequenta as instituições, transformando radicalmente as cores das instituições federais, cujas vagas eram tradicionalmente reservadas a estudantes brancos das classes média e alta das regiões de localização das IFEs, tudo sob o manto da meritocracia de exames admissionais que os privilegiam. Como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Graduandos e a população brasileira por cor/raça – 1996 a 2018(%)

Cor/raça	Pesquisa	1996	2003	2010	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	12,0
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,1

Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,9
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-

Fonte: FONAPRACE, 2019.

Uma das consequências dessa modificação na comunidade escolar foi a inquietude nos campi, desmistificando a aura de harmonia nas Instituições Federais de Ensino, refletindo o racismo da sociedade seja pelo confronto do eurocentrismo dos currículos ou pelos embates propiciados nas acusações de racismo tanto por parte de professores, técnicos como de discentes.

O antirracismo vai muito além de discursos no mês da Consciência Negra e de notas de repúdio quando ações como as descritas ocorrem; a universidade pública enquanto instituição que por um lado estimula o pensamento crítico-reflexivo por outro, tende a buscar a manutenção do *status quo* de sua estrutura burocrática e didática e principalmente os *locus* de poder.

Sem diversidade e paridade na representação política não há possibilidade de uma audição imparcial frente às reivindicações, todavia para uma deliberação política há de estarem presentes diversos pontos de vista sob pena de descartar demandas por não vislumbrá-las. Nas IFES percebe-se a homogeneidade na composição de suas comunidades, como podemos observar na composição dos quadros docentes abaixo:

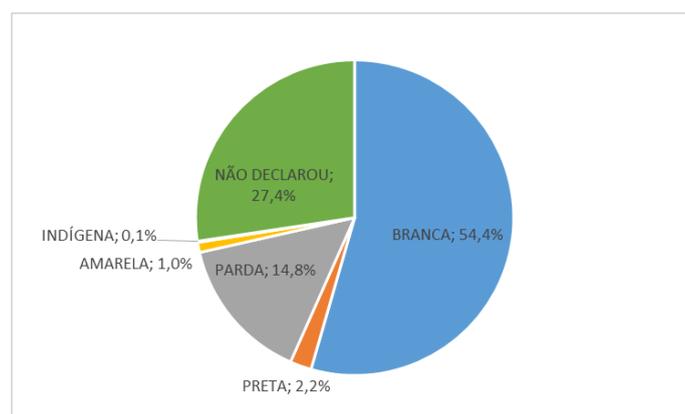


Gráfico – Corpo Docente IFES COR OU RAÇA 2020

Fonte: INEP, 2020.

Embora com grande número de docentes que não declaram a cor ou raça no Censo da Educação Superior, a predominância é de pessoas brancas, corroborando dados do IBGE

(2019), em que estas ocupam lugares de maior hierarquia social com melhores condições financeiras. Tal configuração acaba por obstaculizar ou burocratizar o acesso às vagas reservadas, vejamos: toda instituição deve reservar em cada processo seletivo dos seus cursos 50% das vagas para estudantes oriundos da educação básica pública, deste percentual metade para indivíduos de famílias com renda per capita até 3 salários-mínimos, dentro destas vagas ainda há reserva de vagas para candidatos negros, indígenas ou com deficiência.

Abaixo um organograma elaborado a partir na Portaria Normativa n.º 18/ 2012 do Ministério da Educação, aplicada em uma IFE do Rio Grande do Sul:

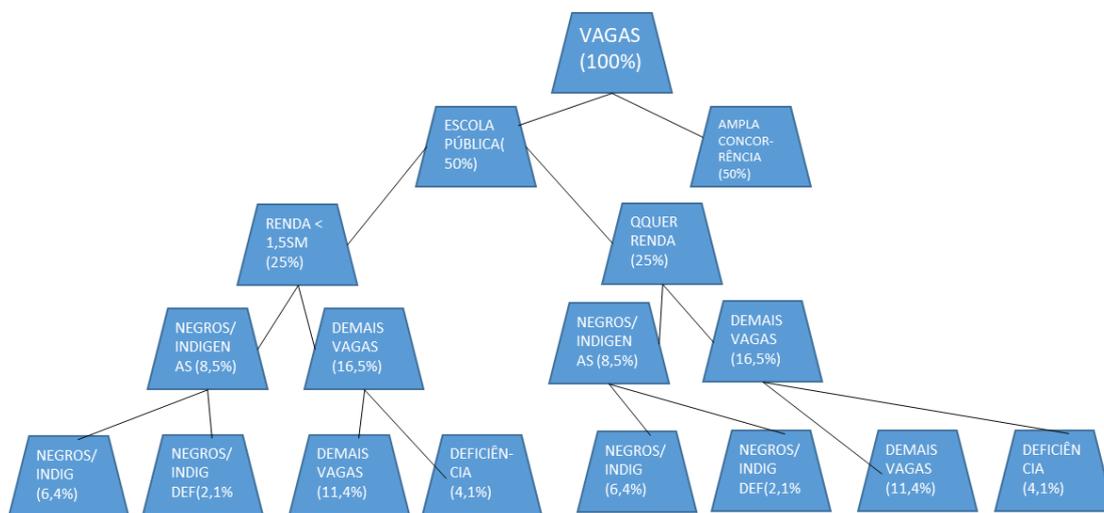


Gráfico – Organograma distribuição das vagas nas cotas para uma IFE no Rio Grande do Sul

É possível observar uma série de critérios a serem atendidos a depender da forma de ingresso escolhida pelo candidato, o que dificulta e confunde os sujeitos de direito, fazendo com que por vezes as vagas não sejam ocupadas por falta de informação ou documentação. À guisa de exemplo a seguinte exigência, constante no manual do candidato de uma escola técnica federal:

Para pessoas classificadas solteiras e sem renda própria, independentemente da idade, será solicitada a documentação da família de origem, mesmo quando esta resida em domicílio diferente daquela. (UFSM, pág. 55, 2022)

A Portaria Normativa n.º 18/2012 MEC elenca os documentos mínimos obrigatórios para cada cota, todavia as IFES podem solicitar mais documentações, inclusive

prever visita domiciliar, não sendo preenchidas as vagas em cada cota as IFES podem definir em seus editais a sistemática de preenchimento de vagas. Nesta IFE o edital do processo seletivo para os cursos do ensino médio e técnico integrado ao ensino médio (2022) prevê classificação apenas dentro da reserva escolhida pelo candidato vejamos:

CLASSIFICAÇÃO

A classificação final será por ordem decrescente do número de acertos da prova objetiva, por Cota e Ampla Concorrência, ou seja, L10 concorre com L10, L2 concorre com L2, L9 concorre com L9, L1 concorre com L1, L14 concorre com L14, L6 concorre com L6, L13 concorre com L13, L5 concorre com L5 e Ampla Concorrência concorre com Ampla Concorrência.

Fonte: Edital 045/22 CEEBTT-PROGRAD-UFSM

Essa escolha da instituição faz com que na prática tenhamos 50% de vagas para estudantes brancos de escolas privadas enquanto a população que menos tem recursos para suprir uma educação de qualidade disputa poucas vagas nos diversos recortes de cotas, pois mesmo que um candidato inscrito em alguma reserva de vagas tenha pontuação superior aos classificados na ampla concorrência ele não deixará de ocupar a vaga da reserva:

Figura: Listagem de classificados por cota e pontuação

Listagem dos classificados por cota e pontuação		
Curso: 11 - Téc. em Eletrotécnica Integ. Ens. Méd. - Manhã e Tarde		
Situação: Classificado		
AC - Ampla Concorrência		
Inscrição	Nome candidato	Pontuação
3165		35
990		32
2120		32
1988		28
3722		28
2022		27
4572		27
1482		27
364		27
1478		27
4467		26
4710		26
		Total de Candidatos: 12
L1 - Ensino Fundamental em Escola Pública - Baixa Renda		
Inscrição	Nome candidato	Pontuação
69		34
192		24
377		18
		Total de Candidatos: 3

Fonte: Classificados definitivo Edital 045/22 CEEBTT-PROGRAD-UFSM

Convém recordar o fato dessas vagas serem destinadas a um público com dificuldade de acesso à internet, equipamentos tecnológicos e recursos financeiros além de não possuírem em seu núcleo familiar pessoas com ensino superior, conforme dados estatísticos do IBGE (2021) o acesso a tais bens é duas vezes e meia maior caso a mãe possua ensino superior completo, porém entre as pessoas com mais de 25 anos e ensino superior completo apenas 11% é negra (IBGE, 2019).

PROPOSTAS

- Levantamento do perfil das comunidades universitárias, quanto aos critérios, gênero; raça/cor; nível de instrução;
- Levantamento perfil das IFES quanto à composição das funções gratificadas e cargos de confiança segundo os critérios de gênero e raça;
- Propor estímulo à pesquisa com intersecção de gênero e raça;
- Promover paridade de representação de gênero e raça nas seções sindicais

- **Colaborar na promoção de paridade representativa de gênero e raça no serviço público;**
- **Promover ações antirracistas como fomento a projetos, bolsas, cursos; além de sensibilização através de palestras e eventos.**

10. Mulheres

No movimento sindical o que nos norteia além de pautas trabalhistas é a luta pela dignidade humana, não concordamos com o tipo de sociedade que nos oferece o capitalismo e por isso nós buscamos uma organização para a classe trabalhadora, uma que tenha como centro a dignidade e felicidade das pessoas. Infelizmente a realidade aponta outro cenário, estamos enquanto trabalhadores submetidos ao poderio do capital financeiro. Para nós mulheres em particular, só há condições de luta pela dignidade dentro da democracia e do pleno exercício democrático de direitos, abordar diferenças, diversidade, sobre a égide de raça, classe e gênero é um esforço hercúleo frente ao conservadorismo instaurado por um desgoverno declaradamente de extrema direita que vivenciamos recentemente no Brasil juntamente com o advento catastrófico da pandemia de Covid-19.

Nós mulheres em especial fomos as mais prejudicadas nesse período pandêmico, segundo pesquisa do IPEA, que indicou através de levantamento que a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor dos últimos anos. Há um alto índice de desemprego e aumento de subempregos entre as mulheres, principalmente as mulheres negras. Nos setores públicos sofremos com o arrocho e a defasagem salarial, bem como o assédio moral e sexual nesses espaços institucionais. O que tem levado muitas trabalhadoras a sucumbirem a sofrimentos psíquicos comprometendo a saúde mental e conseqüentemente as práticas laborais.

As mulheres arcaram com conseqüências maiores durante a pandemia também por conta do trabalho remoto. Com todos trabalhando em casa, na maioria das vezes foi a mulher que teve a carga de trabalho redobrada. Para além disso, os processos de quarentena, tiveram comprovadamente impacto sobre a saúde mental das pessoas e dados estatísticos. O cenário delineado pela pandemia, portanto, parece ter vulnerabilizado ainda mais as mulheres brasileiras em relação à violência, não apenas pela piora das condições socioeconômicas, mas também pela dificuldade de acesso aos canais estatais de denúncia e de proteção, como as delegacias das Polícias Civis, outro

agravante foi a política adotada pelo governo de facilidade de acesso as armas, combinado com sua postura de misoginia.

Combater o feminicídio é preciso mudar mentalidade machista e patriarcal, teremos que desconstruir conceitos nefastos, que promovem à morte de mulheres, e substituí-los por novas ideias baseadas na equidade de gênero e igualdade racial. Precisamos de grupos atuantes dentro e fora dos muros das Universidades, Ifes, muita formação e políticas públicas.

No âmbito das universidades nós mulheres sofremos mais situações de constrangimento do que os homens, e estamos em menos cargos de chefia, isso quando não somos hostilizadas por demandas pessoais com filhos, apenas para citar um exemplo, esses apontamentos se aplicam em ordem geral ao mundo do trabalho para as mulheres. E não há como melhorar a situação sem o enfrentamento destes e outros problemas sofridos pelas mulheres trabalhadoras. Embora considerados como faltas graves no serviço público (é crime segundo a lei 13.718/18), assédios como o moral e sexual nem sempre sofrem o ato educativo e punitivo por parte das instituições como política incorporada na filosofia dos planejamentos institucionais independente de quem esteja na administração superior. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) possui a Convenção nº190, sobre a eliminação da violência e assédio no mundo do trabalho, e precisamos avançar nessa luta que não é recente.

É preciso reinventar o ambiente de trabalho, tornar nossos espaços laborais éticos e seguros para o bom desempenho das mulheres em seus setores, pensar nas múltiplas tarefas da mulher trabalhadora e as instituições entenderem essas demandas como por exemplo abrindo espaços de creche para as mães. É necessário superar toda forma de preconceito, garantindo salários iguais para as mulheres, condições objetivas para que possa trabalhar, é preciso também que seja superada a questão da representação política com cotas de 50% nos sindicatos e, que nas eleições as cotas não sejam restritas à candidatura, mas a efetivação da representação das bancadas dos partidos.

Que o CONFASUBRA possa discutir os percalços que temos no ambiente de trabalho e toda a política machista ainda das estruturas, sem se deslocar dos debates fundamentais como a luta pela democracia, que é a luta que nos dá parte do nosso importante protagonismo por todas as nossas pautas de mulheres.

Por isso propomos:

- - **Garantir creche nas Universidades para mães de filhos até 6 anos;**
- **Direito a horário especial para amamentação sem necessidade de justificar no ponto eletrônico;**
- **Garantia de tratamento isonômico real entre homens e mulheres, em relação ao assédio moral;**
- **Prisão e exoneração do agressor que praticar assédio sexual;**
- **Disponibilidade de atendimento médico, psicológico e jurídico a mulheres vítimas de assédio moral e sexual , assim como vítimas de violência doméstica;**
- **Auxílio financeiro adequado para creche para mulheres que não tenham em suas Universidades serviço de creche;**
- **Não ao feminicídio.**

11. PCDS: Proposições para Gestão Inclusiva nas IFES

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, foi um marco legal ao garantir a todos o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em 2004 foi esboçado, com o Decreto 5.296/2004, conceitos e procedimentos no sentido de uma sociedade inclusiva. Em 2009 foi dado qualitativo salto ao ser assinada a Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009). E finalmente, após uma série de decretos e leis assinadas, convenções protocoladas e organismos criados, chegamos ao ano de 2015 com a promulgação da Lei 13.146/2015, mais conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, documento que incorporou todos os avanços legais relativos à inclusão de pessoas com deficiência. Ou seja, a legislação vem caminhando para transformar-se em um instrumento que propicie uma igualdade material - onde a desigualdade entre os homens precisa ter um tratamento diferenciado para que possa haver uma igualdade efetiva - alicerçada em dispositivos definidos como de ações positivas, ou afirmativas. No caso das pessoas com deficiência é bastante evidente no sentido que há uma desigualdade, no caso dos concursos, por exemplo, originados por uma variedade de barreiras, e esta desigualdade precisa ter um tratamento diferenciado, ou seja, uma medida discriminatória. O dado disponível na RAIS (2017), referente a ocupação por região e categorizado por Administração Pública, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista e Demais Empresas, mostra que o Rio Grande Do Sul disponibilizou, no ano de 2016, 29.224 vagas para pessoas com deficiência. A Administração Pública contava com 1.687 pessoas com deficiência. Para enfrentar estes desafios a Universidade, enquanto instituição pública federal e de ensino superior, precisa se adequar às legislações vigentes, construir, em seu interior, ações de qualificação, acessibilidade e inclusão em seu aspecto laboral.

Em análise ampliada feita por José Luis Machado, em sua Dissertação de Mestrado (2019), Servidor TAE da UFRGS, abordando o caso da UFRGS, falta muito para a Universidade ser acessível. Esta constatação foi extraída dos levantamentos nos setores e entrevistas realizadas. Problemas físicos, especialmente no Campus do Vale; problemas comunicacionais, principalmente pela falta de intérpretes que possam acompanhar os surdos em suas atividades laborais; problemas digitais, com uma cultura técnica que não está capacitada para a confecção de ferramentas de tecnologia de informação acessíveis; problemas atitudinais, com desconhecimento das necessidades das pessoas com deficiência, metodologias de ensino inadequadas e sistema de avaliação funcional que não dá conta das diferenças, foram algumas das questões levantadas. Os trâmites administrativos são complexos e o tempo de resposta às demandas não são compatíveis com o grau de urgência apresentado, somado a isso a falta de informações relativa aos servidores com deficiência dificulta uma intervenção qualificada.

A proposta é construir juntos – instituição e comunidade acadêmica (servidores e alunos) – soluções para que a universidade possa trilhar rumo a construção de uma organização que tenha em seu interior uma cultura inclusiva. E o que se espera é que a universidade não só se antecipe às notificações de órgãos fiscalizadores. Que a Universidade possa ser um órgão propositivo de soluções que visem garantir a efetiva participação das

pessoas com deficiência em seus diferentes espaços, sejam eles acadêmicos, sejam eles administrativos.

12 ISP

A FASUBRA é filiada na ISP, Internacional dos Serviços Públicos, porém pouco ouvimos falar da atuação da ISP. Propomos que a participação da FASUBRA se dê de forma ativa, comunicando a categoria e possibilitando que os sindicatos filiados conheçam a atuação da ISP e participem de suas atividades, cursos, debates, formulação de propostas, etc. Entendemos que não vale a pena a federação estar filiada a ISP, caso continue sem existir uma participação de fato e contribuição para as lutas da categoria. Não estamos recebendo por exemplo o apoio da ISP em nossa campanha salarial, e mesmo a luta pelo fora bolsonaro não possibilitou uma campanha articulada a nível internacional pela ISP, a FASUBRA deve ser precursora destas construções.

13 Contua

A CONTUA. Confederação dos trabalhadores e das trabalhadoras das universidades das Américas tem tido uma forte atuação em defesa da educação em nosso continente, construindo políticas e apoiando as entidades de TAE dos países da América, denunciando governos e construindo políticas frente a OIT como a busca pela implementação das convenções 151 e 190 sobre negociação coletiva no serviço público e assédio moral.

A FASUBRA tem se omitido em apoiar as lutas da CONTUA, inclusive as que teriam influência direta na vida da nossa categoria. A FASUBRA deve passar a contribuir com as mobilizações da CONTUA e não apenas participar das reuniões sem contribuição alguma.

14 CEA

A Confederação dos Educadores Americanos tem, historicamente, um importante papel nas lutas em defesa da educação em nosso continente e no mundo. A FASUBRA precisa aproveitar esta experiência realizando seminários e debatendo a educação de forma global a fim de ampliar sua visão e atuação na construção das lutas latino americanas e seus modelos educacionais com referência também na reforma universitária de córdoba.

15 Hospitais universitários

Acompanhar as relações de trabalho nos hospitais Universitários, em especial aos que tem EBSERH, por conta das dificuldades de conflitos entre dois regimes de trabalho e responsabilidades na gestão:

- Defender a realização de concursos públicos de cargos do PCCTAE para ocupação de vagas ociosas.
- Promover amplo debate para rever a inclusão dos trabalhadores da EBSERH na base de filiados das entidades sindicais
- Organizar comissões das bases de sindicatos com os trabalhadores dos HUs, para acompanhar as demandas dos trabalhadores face a implementação da EBSERH.

- Revisão anual dos contratos da EBSEH, garantindo os serviços prestados de 100 % SUS.
- Realização de seminários pela FASUBRA sobre as situações dos HUS pós implementação da EBSEH, nas questões das garantias de direito e de questões de gestão na condução da política para os trabalhadores do RJU.
- Valorização dos trabalhadores(as) do RJU nos hospitais Universitários. Há muitos conflitos e situações de desvalorização dos trabalhadores do RJU em relação aos contratados pela EBSEH, acirrando e causando adoecimento por pressão e assédio moral das chefias .
- Acompanhar os hus, porque há invisibilidade e perda da identidade dos trabalhadores(as) dos HUS, pós implementação da EBSEH.

16. Saúde e Segurança do Trabalho

Política de SST para as IFES

A complexidade crescente dos processos acadêmicos, a substituição tecnológica e as constantes alterações nas relações de trabalho, organização e gestão do trabalho, mudanças fortes nos meios e modos de desenvolvimentos dos processos acadêmicos, têm demandado das nossas Instituições uma necessária preocupação e cada vez melhores condições para garantir a saúde das pessoas, as condições adequadas de relacionamento com o meio ambiente e as relações de conformidade com os elementos e recursos necessários às funções públicas e para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão nas Universidades Federais. Com isto, as gestões devem direcionar-se para obter melhores condições de trabalho, menos agressivas e que proporcionem ambiente adequado e melhores condições de trabalho, operacionais e sistêmicas para atividades e funções nos ambientes educacionais, com foco em Saúde da Comunidade Acadêmica e Segurança dos Processos acadêmicos e de Trabalho - SST.

No entanto, diante da inexistência de uma legislação unificada no serviço público em Segurança e Saúde no Trabalho, no mínimo nos mesmos moldes do que ocorre com os trabalhadores da iniciativa privada, considerando que as Universidades Federais são estratégicas para o Estado, com comunidades de milhares de pessoas, justifica-se pelas Relações de Trabalho e pela Segurança e Cidadania a regulamentação e o estabelecimento de norma que garanta a prevenção e mitigação de doenças e acidentes nos ambientes das Universidades Federais e IFs, a partir da adoção das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Necessário, também, que sejam observadas as normativas nacionais, estaduais e municipais, além de normas complementares, e que sejam atendidos os requisitos para que as ocupações nos ambientes e edificações sejam também seguras e em conformidade.

Necessário se faz, portanto, a construção de Política Nacional de Saúde para Servidores Públicos e Segurança nos Processos Acadêmicos para as Comunidades Acadêmicas, nas nossas Universidades e Institutos Federais, com o objetivo de prevenir e mitigar acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Com esse objetivo, propõe-se a **criação de um Grupo de Trabalho na FASUBRA que terá por objetivo discutir e construir propostas políticas para SST para as IFES, a serem apresentadas à Direção Nacional da FASUBRA, assessorando a apresentação de propostas para ANDIFES, MEC e Governo Federal**

17. Política de Manutenção e Infraestrutura para as IFES

A função de manutenção nas IFES tem vinculação tanto com a concepção que temos de Universidade, declarada desde o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, em seus princípios. Mas, além de ser preceito de concepção, a manutenção adequada das estruturas, infraestruturas, sistemas e equipamentos garante a continuidade dos processos acadêmicos em conformidade com legislação e Normas, garantindo com isso a operação e uso de forma segura e efetiva da infraestrutura utilizada nos processos acadêmicos.

No entanto, o que vimos em nossas Instituições de Ensino Superior, em grande parcela, são ambientes, sistemas e equipamentos operando de forma precária, sem atender a Legislações - Municipais, Estaduais e Federal – tampouco atendendo a Normas da ABNT, FUNDACENTRO, CREAs, entre outras. Esse não atendimento obrigatório a requisitos técnicos e operacionais repercute em ocupações inadequadas, em descontinuidade de atendimento dos processos acadêmicos por inadequação de edificações, sistemas de energia, abastecimento de água, saneamento, comunicação, entre outros, não só comprometidos em efetividade e custos, como também desconsiderando riscos à vida da Comunidade Acadêmica e falta de segurança nos processos.

Mas há outras dificuldades percebidas nas IFES, como a falta de visão estratégica para a Manutenção, que não percebe que manutenção é investimento e não custo, que não adota a construção de uma política de manutenção institucional para garantir a operação adequada dos recursos existentes no ciclo de vida das instalações, fazendo com que sejam indisponibilizados os processos acadêmicos por panes, falta de condições operacionais ou baixo desempenho de instalações e equipamentos. De outra forma, não investe na capacitação das pessoas nos cargos, adequados às exigências profissionais no exercício de funções de manutenção, atendendo a requisitos de conhecimento, cognição, formação e tecnologia; há também o comportamento de administrações que, com suas condutas passiva e reativa, só discutem manutenção quando chamados ou quando houver falha ou indisponibilidade, apenas enxergando a manutenção corretiva, sem compreender que manutenção preventiva, preditiva, entre outras, têm custo extremamente menor e garantem a maior disponibilidade dos processos acadêmicos. Mas tem também as responsabilidades e cobranças políticas e jurídicas, que são eliminadas quando se faz a gestão técnica e administrativa necessárias. Há, ainda, a resistência às mudanças necessárias, seja por receios individuais de profissionais presos a conceitos ultrapassados (de cima e de baixo), que são a expressão de uma postura individualista ou por ignorância e preconceito contra a importância das funções de manutenção.

Mas há questões conjunturais e estruturais que também contribuem para o estágio de fragilidade com que se encontra a manutenção nas nossas Universidades e IFs, como o não investimento histórico em manutenção, a ampliação e intensificação da ocupação dos Campi, assim como a redução de Servidores e o modo de contratação de trabalhadores e serviços que foram responsáveis por reduzir, em grande parte, a capacidade de atendimento das estruturas de manutenção existentes.

Para enfrentar essa condição que nos encontramos, para buscarmos contribuir na construção de alternativas para essa função estratégica da manutenção para os processos acadêmicos das nossas Universidades e Institutos Federais, propõe-se a **criação de um Grupo de Trabalho na FASUBRA que terá por objetivo discutir e construir propostas políticas para as infraestruturas e manutenção das IFES, a serem apresentadas à Direção Nacional da FASUBRA, assessorando a apresentação de propostas para ANDIFES, MEC e Governo Federal.**

18. Universidades Estaduais

Por conta de todas as pressões existentes em âmbito federal, a Fasubra deixa a desejar em sua relação e atuação perante as bases das universidades estaduais. Ao longo de anos vemos governadores impondo medidas recessivas ao conjunto do funcionalismo, o que muitas vezes com apoio de reitorias e outros gestores acabam potencializando a precarização das condições de atuação dos trabalhadores técnicos-administrativos nas estaduais.

Ao mesmo tempo vemos casos de gestores que tentam cada vez mais priorizar benefícios para parte de seu corpo docente em detrimento ao trabalho executado pelos técnicos. Na pandemia, os trabalhadores administrativos garantiram o funcionamento do ensino e da pesquisa das universidades em trabalho remoto, muitas vezes bancando recursos do próprio bolso, mas não foram reconhecidos por sua dedicação. Ao mesmo tempo, os trabalhadores dos hospitais universitários mantiveram sua atuação na linha de frente da crise sanitária, e infelizmente vários pagaram com sua saúde ou suas vidas.

A única forma da Federação não ser vista de forma superestrutura pela base de trabalhadores destas instituições é estando presente em seu cotidiano de lutas. A Federação deve se inserir nos debates e campanhas locais, em datas-base, discussão de carreira, combate ao assédio e saúde do trabalhador, entre outros, em âmbito estadual, fomentando encontros específicos e setoriais. Os sindicatos dessas instituições devem ter vida ativa na vida da Fasubra, e a federação deve servir como ponta de lança para potencializar as lutas perante reitorias e governadores.

É necessário que a Fasubra se insira no cotidiano das universidades estaduais, não apenas em épocas de eleições de congresso ou plenárias nacionais. É necessário articular e avançar na relação com as universidades estaduais, ampliando o canal de diálogo com as entidades tanto com as entidades filiadas e buscando criar interlocução com os sindicatos e associações não filiadas, e busque a filiação ou refiliação de entidades de base que representem os trabalhadores dessas instituições. Que a Fasubra se proponha a rearticular

encontros e plenárias de universidades estaduais, sejam nacionais ou estaduais/regionais, como forma de ampliar e fortalecer as lutas.

19. Política de Comunicação

O planejamento é fundamental para atingirmos os objetivos nas ações e campanhas da Federação e disputar a consciência da população e das trabalhadoras e dos trabalhadores em torno de um projeto de sociedade próprio da classe trabalhadora, apresentando a nossa concepção de estado e democracia através de uma comunicação contra hegemônica.

A comunicação é um processo em permanente construção e de duas mãos e, na construção de um diálogo horizontal é que devemos buscar a pedagogia mais adequada para comunicar.

Nestes termos cabe considerar a realidade e os fatos concretos da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores para basear este diálogo, nunca distanciando a direção sindical da realidade concreta da classe.

Para estabelecermos uma comunicação contra hegemônica precisamos representar o conjunto da classe, as trabalhadoras e trabalhadores precisam se enxergar nos materiais de comunicação da Federação.

Para entender essa necessidade devemos nos perguntar qual é a cor, o gênero e a orientação sexual das e dos técnicos administrativos em educação, mas também sempre observar qual é a cor e o gênero dos reitores. A representação é um dos pilares do racismo, do machismo e da LGBTfobia escancarados e institucionalizados em nosso país.

Estas considerações devem ser observadas na construção de todos estágios da comunicação: na construção da pauta, na linguagem utilizada, na apresentação do material e na sua distribuição.

Nossa disputa também deve se dar em todos os meios que nos ajudam a comunicar eficientemente com a classe, e podemos destacar 4 grandes eixos de atuação: escrita, digital, ondas (Rádio e TV) e arte e cultura, considerando as intersecções entre elas.

A estrutura da FASUBRA e de seus sindicatos filiados, bem como nossas relações no meio sindical e nos movimentos sociais nacionais e internacionais nos permitem criar uma Rede de comunicação contra hegemônica e neste planejamento buscamos alcançar o máximo do potencial que já temos e que já teve iniciada sua articulação na gestão 2015/2018.

Nossa disputa também deve questionar a legislação vigente sobre os meios de comunicação que permite que apenas 6 famílias controlem quase toda a comunicação de massa do país. A FASUBRA deve se envolver na luta pela democratização dos meios de comunicação, construindo o FNDC, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e seu projeto de iniciativa popular que busca quebrar o atual monopólio.

Hoje a comunicação da FASUBRA está muito aquém do que a realidade e as disputas exigem. Para articular as campanhas nacionais da Federação com o alcance necessário é necessário profissionalismo. Não é admissível que uma entidade do tamanho da FASUBRA, com o orçamento que tem, disponha apenas de uma profissional jornalista e uma profissional técnica em programação visual. A FASUBRA deve investir em comunicação, formar uma equipe profissional que ajude na realização de suas campanhas. Embora hoje a direção da FASUBRA sofra muitas críticas por não se comunicar eficientemente, é a própria direção da FASUBRA que se nega a executar o plano de comunicação elaborado pela sua área de comunicação, bem como se nega a investir em força de trabalho e equipamentos, muitos hoje inexistem ou estão envelhecidos e com funcionamento comprometido.

Nossa tese também apoia as propostas consensuadas no GT de comunicação da FASUBRA

que seguem:

Cada nova gestão da DN da FASUBRA deverá aprovar seu plano de comunicação no prazo de 90 dias após a posse;

A FASUBRA deve

Interagir e Unificar conteúdo entre a Federação e entidades de bases como publicações de editais, jornais e boletins, cartilhas, lives cruzadas entre a FASUBRA e Entidades de Bases sindicais, buscando estratégias da comunicação conjuntas;

Buscar aumentar o alcance da sua rede de comunicação com boletins eletrônicos e divulgações em grupos de servidores pelo whatsapp, Telegram, entre outros.

Planejar, representar, promover, capacitar e participar de eventos, encontros e seminários sobre assuntos relacionados à comunicação.

Aprimorar projetos existentes na comunicação da FASUBRA.

Representar a FASUBRA em instâncias de discussões sobre comunicação com a participação da equipe de comunicação.

Atualizar o diagnóstico da comunicação nas entidades de bases a fim de orientar o seu planejamento.

A equipe da FASUBRA deverá ser composta minimamente por 2 jornalistas, 1 profissional de rádio digital, 1 profissional em programação visual, 1 profissional em mídias sociais, 1 profissional em tecnologia da informação, além de vagas de estágio com ênfase na formação em comunicação sindical e de um banco de profissionais para contratações esporádicas para revisão de textos, produção de charges, diagramação/design, tradução em inglês e espanhol e outros.

A FASUBRA deverá respeitar a especificidade do trabalho de cada profissional da área de comunicação, evitando desvio de função.

A DN deverá repor todos os equipamentos necessários para o bom andamento da comunicação.

Realizar seminários, encontros e formações anualmente em cultura e arte relacionados a comunicação e acessibilidade na comunicação.

Combater os Fakes News divulgadas pela extrema direita.

Realizar campanhas nacionais pela Federação em conjunto com as entidades de base, compartilhando materiais de divulgação em nuvem entre as entidades.

Ter orçamento próprio trimestral para avanço da Comunicação deliberado em DN.

Avançar a rede de comunicação da FASUBRA através de uma comunicação contra hegemônica, dialogando com associações de bairros, movimentos sociais e populares,

instituições públicas, Igrejas, ONGS, buscando divulgar a importância dos sindicatos, da federação e de nossas pautas.

Realizar transmissão ao vivo dos diversos eventos que a direção da FASUBRA participa, entrevistas com parlamentares e senadores de esquerda e convites para participação em lives para utilizar como forma de comunicação, realizar atividades sindicais com grupos de teatro para levar informações a categoria. Investir em publicidade para preservação do planeta, meio ambiente e proteção aos indígenas.

19. Estatuto

No último CONFASUBRA, o tempo de gestão aumentou para 3 anos, sem prorrogação. A proposta foi aprovada com a justificativa que sempre havia prorrogações de gestão e que devido à conjuntura, mobilizações e greves da categoria o período sempre acabava ficando em 3 anos. Porém alertamos que poderia acabar virando 4 anos e acabou virando 5 anos por culpa da pandemia e falta de acordo em construir um congresso híbrido. No debate congressual alertamos que não é possível aprovar uma resolução de que não haverá prorrogação pois a realidade pode se impor. Como previsto, a falácia do sem prorrogação se confirmou. Propomos que este período volte a ser de 2 anos, sendo possível a prorrogação caso a categoria julgue necessária.

Propomos também a instituição no estatuto dos textos chamados contribuições para o Congresso da FASUBRA, hoje só é previsto as teses com entrega antecipada para publicação pela FASUBRA. As contribuições não precisam versar sobre todo o temário do congresso mas devem ser de produção coletiva e podem ser enviadas por Grupos de Trabalho, entidades filiadas à FASUBRA, ou movimentos de base. As contribuições devem ser publicadas no caderno de teses que passa a se chamar caderno de teses e contribuições e terão espaço para debate na programação do CONFASUBRA.

20. Eleição da DN e Conselho Fiscal

Propomos a construção de uma chapa para disputar as eleições da Direção Nacional da FASUBRA e o Conselho Fiscal que concorde com os princípios de uma FASUBRA independente, democrática e de luta. Para que nossa federação tenha um rumo de vitórias e avanços para a categoria, com muita construção coletiva.

Assinam esta tese as e os seguintes dirigentes, e ex-dirigentes da FASUBRA e organizações/movimentos que atuam na categoria, além de centenas de TAE, dirigentes sindicais e ativistas independentes:

Aparecida Dantas - Direção Nacional da FASUBRA - TLS Sindical

Bernadete Menezes - Direção Nacional da FASUBRA e da Intersindical - Fortalecer o PSOL

Janine Teixeira - Direção Nacional da FASUBRA - Vamos à Luta

Luan Diego Badia - Direção Nacional da FASUBRA - TLS Sindical

Lucia Aparecida - Direção Nacional da FASUBRA - Vamos à Luta

Maria Ângela - Direção Nacional da FASUBRA - Vamos à Luta

Antonieta Xavier - Ex Direção Nacional da FASUBRA

Almiram - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Antonieta Xavier - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Edson Lima - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Loiva - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Loura - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Luiz Antônio Araújo - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Marcos Soares - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Paulo Funari - ex Direção Nacional da FASUBRA
Rogério Joaquim - Ex Direção Nacional da FASUBRA
Sandro Pimentel - Ex Direção Nacional da FASUBRA

Fortalecer o PSOL

Trabalhadoras e Trabalhadores na Luta Socialista - TLS sindical

Vamos à Luta